

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

“O CASO BAUMGARTEN E A CRISE
DA DITADURA (1983-1985)”

Lauriani Porto Albertini

São Carlos - SP
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

“O CASO BAUMGARTEN E A CRISE DA
DITADURA (1983-1985)”

Lauriani Porto Albertini

Orientador: Prof. Dr. João Roberto Martins Filho



São Carlos – SP
2003

RESUMO:

A crise do regime militar, que desembocou na campanha das Diretas Já!, em 1984 e na eleição de Tancredo Neves para a presidência da República, foi um processo complexo, resultante da atuação de inúmeras forças sociais. Sobretudo depois do desenlace desanimador das investigações do Caso Rio-Centro (1981), o governo do presidente João Figueiredo (1979-1985) entrou numa trajetória declinante, em termos de sua legitimidade política. Nesse quadro, o Caso Baumgarten – que tem seu nome associado ao do jornalista e colaborador do Serviço Nacional de Informações (SNI) cujo corpo apareceu numa praia próxima ao Rio de Janeiro, em outubro de 1982 – levantou suspeitas de que o SNI estaria envolvido na eliminação de seus inimigos. O caso possibilitou à imprensa, no quadro de relativa liberdade de expressão existente à época, escolher como alvo de crítica e investigação o general Newton Cruz, chefe da agência central do SNI e esta própria agência. Invertia-se assim a relação entre investigador e investigado, vigente durante a ditadura.

Desta maneira, analisamos a cobertura da imprensa da época sobre o episódio, acompanhando seus desdobramentos até nossos dias. Com isso, pretendemos lançar luz sobre a participação da imprensa escrita no aguçamento da crise da ditadura militar e, secundariamente, sobre a memória do regime.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de explicitar meus mais sinceros agradecimentos a todos as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para a elaboração desta monografia. Em especial ao meu orientador Prof. Dr. João Roberto Martins Filho pelo incentivo, pelas essenciais contribuições e pelos valiosos ensinamentos, fundamentais para a realização deste trabalho. À Ana Virgínia do Arquivo Ana Lagôa pela expressiva colaboração.

Finalmente a minha família que sempre esteve ao meu lado.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	7
Capítulo I: A CRISE DO REGIME MILITAR (1981-85)	10
<i>O Governo Figueiredo</i>	10
<i>O SNI e a comunidade de informações</i>	12
<i>A Abertura Política</i>	15
Capítulo II: O CASO BAUMGARTEN	18
Capítulo III: A IMPRENSA E O CASO BAUMGARTEN	20
<i>Veja e o Caso Baumgarten: postura ambígua e hostil</i>	20
<i>Revista Isto É e o Caso Baumgarten: nítida posição hostil</i>	27
<i>O Globo e o Caso Baumgarten: dubiedade de postura</i>	32
<i>O Estado de São Paulo e o caso Baumgarten: ataque com moderação</i>	38
<i>Folha de São Paulo e o Caso Baumgarten:</i> <i>hostilidade mesmo que tardia</i>	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	60



Fonte: Folha de São Paulo, 12/01/1986

INTRODUÇÃO

As relações entre a imprensa brasileira e o governo militar são um tema ainda relativamente pouco estudado. A maior parte dos trabalhos trata do tenso relacionamento dos órgãos de comunicação com a censura federal. Em geral, essas análises têm preferido focar publicações específicas. Ao contrário dessas tendências, esta monografia propôs-se a investigar a atitude da imprensa brasileira em geral, vale dizer, de seus principais jornais e revistas, diante da crise do regime militar. Para isso, procurou-se definir um momento exemplar no conflito entre imprensa e regime, o chamado Caso Baumgarten, que veio à luz no início de 1983 e cujas repercussões se estendem até hoje. O objetivo central é entender como a imprensa usou a cobertura desse episódio – que girou em torno do misterioso desaparecimento de três pessoas, aparentemente com o envolvimento do Serviço Nacional de Informações (SNI) - para criticar os órgãos de informação da ditadura. Tal pesquisa tornou-se possível dada à existência de quase 900 matérias de jornal, relativas a este tópico, no acervo do Arquivo Ana Lagoa, do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar.

A partir dessas premissas, a pesquisa orientou-se por questões que, em nossa visão, não têm merecido suficiente atenção na literatura: qual foi a participação da imprensa escrita no agravamento da crise da ditadura militar? Qual a postura dos órgãos pesquisados frente à cobertura do Caso Baumgarten? Teriam eles tomado o episódio como pretexto para atingir o General Newton Araújo de Oliveira e Cruz e fundamentalmente o SNI, que se constituíra como órgão chave do Estado brasileiro do pós-64?

Por outro lado, o processo político que levou à campanha das Diretas-Já! e à crise do regime militar tem sido pesquisado em termos muito genéricos. O estudo de temas e conjunturas concretas dentro do período 1981-84 permitiria, a nosso ver, uma compreensão mais exata do papel das diversas forças políticas no processo de crise da ditadura. Nesse quadro mais amplo, o Caso Baumgarten, dada a comprovada importância a ele dedicada pela imprensa brasileira, permite um estudo monográfico que poderá desvendar um aspecto essencial dessa crise: a participação da imprensa e dos jornalistas. Com efeito, em matéria publicada a 27-4-86, após entrevistar os editores das principais publicações brasileiras, a

Folha de S. Paulo chegava à conclusão de que o exame da cobertura do caso Baumgarten revelou que “malhar o judas-SNI tem sabor de malhar o velho regime militar”. Vale dizer, a imprensa teria tomado o Caso Baumgarten como pretexto para atacar um dos ícones do regime ditatorial.

Como o foco da análise recaiu no papel dos órgãos de imprensa no processo de abertura política, através da cobertura do Caso Baumgarten, a investigação seguiu os seguintes procedimentos: 1) Pesquisa bibliográfica sobre os anos de crise do governo militar e, principalmente, sobre o papel da imprensa. Incluem-se aí narrativas gerais, estudos sobre periódicos específicos, artigos acadêmicos, trabalhos jornalísticos, bem como teses e dissertações; 2) Seleção inicial de reportagens mais significativas buscando identificar evidências de que a cobertura da imprensa visou fundamentalmente o SNI, com o objetivo de atacar o regime militar, contribuindo, assim, para sua crise; 3) Análise das matérias, em busca do número, extensão e teor dos conteúdos dos textos que mencionam aquela agência, bem como fotografias, manchetes e títulos.

A pesquisa teve como *corpus* principal a série “Recortes” do Arquivo Ana Lagoa, que contém quase 900 matérias de jornal no tópico “Caso Baumgarten”. O quadro abaixo permite visualizar a distribuição dos artigos por órgão de imprensa e data.

PERIÓDICO	PERÍODO	TOTAL
Jornal do Brasil	1983-1986	321
O Globo	1983-1986	190
Folha de S. Paulo	1983-1986	161
O Estado de S. Paulo	1983-1986	138
Veja	1983-1986	21
Isto É	1983-1986	10
Jornal do País	1985	03
Senhor	1983-1985	03
Visão	1985	02
Afinal	1985	01
Fatos	-	01
Pasquim	1985	01
Sem Registro	1983-1986	15
TOTAL		867
Fonte: www.arganalagoa.ufscar.br		

Como se vê, há um conjunto expressivo de textos dos principais jornais e revistas do país. A pesquisa visou as matérias dos jornais mais importantes e de duas revistas de circulação nacional. Com base nisso, esforçou-se por mostrar o viés crítico da cobertura da imprensa e seu alvo principal. No plano mais geral da análise, as conclusões alcançadas foram integradas a uma pesquisa analítica do papel da imprensa no agravamento da crise do regime militar.

A apresentação dos resultados finais foi redigida em três partes. A primeira contém a análise da literatura sobre a crise do regime militar. O capítulo seguinte enfoca a explanação do episódio que ficou conhecido, através da imprensa, como o “Caso Baumgarten”. E, finalmente, o último capítulo analisa a participação da imprensa, como força social, no aguçamento da crise de legitimidade do Estado autoritário militar, a partir desse caso específico.

Capítulo I: A CRISE DO REGIME MILITAR (1981-85)

O Governo Figueiredo

O general João Baptista Figueiredo foi o último presidente do ciclo militar do pós-64. Embora tenha assumido o poder como candidato oficial do regime, com apoio de seu antecessor Ernesto Geisel, pelo qual foi nomeado chefe do SNI, e com a tarefa explícita de dar continuidade ao processo de abertura política, seu período de governo constituiu-se numa sucessão de crises e, principalmente após o Caso Rio-Centro, os analistas concordam que o general perdeu o controle do processo político.¹

Desde o momento de sua posse, o novo presidente defrontou-se com a continuidade da mobilização da classe trabalhadora, sobretudo o movimento dos metalúrgicos do ABC paulista que contava com a liderança geral de Luis Inácio Lula da Silva. As greves dos metalúrgicos do ABC não foram às únicas, já que em 1979 explodiram em todo o país aproximadamente quatrocentas greves de professores, garis, empregados na construção civil, motoristas de ônibus, portuários, bancários, etc. O Ministério do Trabalho decretou intervenção nos sindicatos e destituiu seus dirigentes, inclusive Lula, que ficaram presos durante um mês. O presidente não precisou se preocupar com as reivindicações operárias em 1982 ou 1983. Em ambos os anos a profunda recessão reduziu o poder de barganha dos sindicatos. Como resultado, eles foram forçados em sua maioria a aceitar o reajuste salarial fixado pelo governo, bem abaixo do reivindicado.

Na esfera política a liberalização prosseguia. Em novembro de 1980 o Congresso aprovou uma emenda constitucional originária do Executivo, reintroduzindo eleições diretas para governadores de estado e a totalidade do Senado. No plano internacional, desenhavam-se, porém, sinais de tormenta. O Brasil vivera 11 anos de ininterrupto crescimento econômico. Em 1978, a taxa de inflação alcançou 40% ao ano. Tinha início uma recessão, altamente impopular para um regime já amplamente criticado. Em agosto de 1979, depois de apenas cinco meses no governo, o ministro do Planejamento, Mário Simonsen renunciou ao cargo. Delfim Neto foi imediatamente nomeado sucessor. Decretou uma

¹ Para esta parte, ver Skidmore (1991), cap. VII, pp.409-89.

maxidesvalorização de 30% em dezembro de 1979 e logo em seguida, em janeiro, anunciou o plano de desvalorização e de correção monetária antecipada para todo o ano de 1980.

Embora os problemas econômicos fossem urgentes, uma das primeiras e mais importantes decisões de Figueiredo foi política. Dizia respeito à anistia – conquista vital para que o Brasil abandonasse o regime autoritário e reintegrasse na sociedade e na política os milhares de exilados políticos que tinham deixado o país desde 1964. A Lei da Anistia foi aprovada pelo Congresso em agosto de 1979. A anistia também restabelecia os direitos políticos daqueles que os haviam perdido nos termos dos atos institucionais. Enquanto a abertura era uma ação planejada e controlada, o governo freqüentemente se antecipava à emergência dos problemas políticos, reduzindo-lhes a expressão. A própria decisão de abrir o sistema político foi um ato que se antecipou ao previsível momento em que se radicalizariam as demandas da sociedade por mudança. A ação antecipatória era, aliás, herança trazida do governo Geisel para o governo Figueiredo. Mas logo o governo passa à defensiva, reagindo aos problemas após sua eclosão, criando ou potencializando crises. Isso se dá na administração política, como já se dera na administração econômica e social. No domínio político, o aprofundamento da crise desembocou na perda total do controle da abertura: o regime perde o controle do processo de sua transição e este, embora se acelere, passa a ser mais turbulento e mais cheio de incertezas.

As medidas governamentais provocaram intensa reação dos setores militares contrários à abertura. Os reacionários reiniciaram o terrorismo urbano numa clara intenção de brechar a redemocratização. Durante o ano de 1980 e o início de 1981, o Brasil foi sacudido por explosões de bombas e atentados. Começaram por incendiar bancas de jornal que vendiam publicações consideradas subversivas. Duas bombas, uma na sede da OAB e outra na sala de um vereador do PMDB, na câmara municipal do Rio de Janeiro, resultaram na morte de uma pessoa e sérios ferimentos em outras seis. Enfim, a 30 de abril de 1981, agentes do DOI-CODI, em trajes civis, preparavam-se para explodir várias bombas no espetáculo do Primeiro de Maio no Rio-Centro quando uma delas explodiu no carro em que estavam um capitão e um sargento do Exército.

No tema que nos interessa mais de perto aqui, a forma como o governo encaminhou o caso Rio-Centro, impedindo que o inquérito apontasse para os culpados, iniciou uma longa crise de legitimidade do governo Figueiredo. O episódio do Riocentro, e a resposta a ele dada pelo presidente são fatos singularmente importantes para assinalar o início de um processo que iria problematizar as propostas políticas. Esses fatos se dão justamente no momento em que êxitos políticos iniciais coincidem com a emergência da crise econômica, e deflagram uma dinâmica que, potencializada pelos efeitos políticos da economia em crise, enfraquece ainda mais a posição do presidente, empobrece a abertura e lança as bases da crise sucessória. É esse o quadro geral em que se insere a eclosão e a evolução do Caso Baumgarten.

O SNI e a comunidade de informações

Segundo Ana Lagoa (1983), o SNI não é meramente um aparelho repressivo sofisticado, no sentido policial da palavra. Ele faz parte de toda uma estratégia global nascida dos preceitos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional que, pelo menos teoricamente, inspirou os rumos políticos do país desde março de 1964. O SNI se constituiu num sistema de organização permanente de Informações de Segurança, adequadamente estruturado e dotado de pessoal especializado, constituindo um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna.

O Serviço Nacional de Informações foi criado pela Lei 4.341 de 1964, como órgão da Presidência da República, com a finalidade de “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessam à segurança nacional” (Alves, 1984: 61). A lei determinava explicitamente que o SNI deveria colaborar com o Conselho de Segurança Nacional em todas as questões afetas à Segurança Nacional. Declarava que seu principal objetivo seria coletar e analisar informações pertinentes a Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna. Na prática, o SNI tornou-se um poder político de *facto* quase tão importante quanto o do próprio Executivo. Também determinava a

lei que o SNI não era obrigado a publicar informações, revelar sua estrutura organizacional ou discutir o funcionamento de suas agências.

Durante muitos anos, o SNI permaneceu como um mito intocável. Pouco se sabia, nada se comentava sobre ele. Mas a partir da abertura política iniciada no governo do general Ernesto Geisel, alguns tabus se quebraram. E o próprio chefe da agência central do SNI, general Newton Cruz, sempre cercado de discrição e mistério, chegou a dar entrevista à *Veja* (25-6-80), em que fez algumas revelações sobre o funcionamento do órgão. Segundo o general Newton Cruz, “o SNI é composto basicamente por três órgãos – a chefia, a agência central e as agências regionais. Hoje, existem treze agências em todo o país, incluindo a central. Nossa idéia é fazer com que no futuro exista uma agência em cada Estado”. No início de 1983, o efetivo do SNI era de 1.600 homens e uma vasta rede de voluntários em todo país. O chefe do SNI podia, ainda, recorrer secretamente aos serviços e à colaboração, pagos ou não, de civis (como Alexandre von Baumgarten), militares, funcionários públicos ou qualquer outra pessoa, para a execução de missões específicas e especiais. Os militares, em função do SNI, eram considerados em “missão militar especial”, com correspondente merecimento. Os civis ali em serviço tinham direito a um prêmio especial a ser fixado anualmente pelo Presidente da República (Alves, 1984: 64).

O SNI era a cabeça da “comunidade de informações”. Seu titular tinha “status” de ministro de Estado e seu gabinete funcionava no Palácio do Planalto. Seu órgão executivo era a agência central, que se encontrava em Brasília, ao lado da sede da Escola Nacional de Informações. O SNI devia satisfações exclusivamente ao Presidente da República, e por isso mesmo fortalecia o Executivo às custas do Judiciário e do Legislativo, que não tinha poderes para supervisionar suas operações. Assim, o SNI era tão poderoso quanto o Executivo ao qual em teoria se subordinava. O órgão tinha um arquivo de 250 mil fichas de brasileiros. A agência central se ligava, por um lado, às agências regionais, que trabalhavam com arquivos setoriais e assessoravam os governos estaduais. Outro lado da agência se liga aos seus “filhotes”, as Divisões de Segurança e Informações (DSI) e as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), que funcionavam respectivamente nos ministérios e nas empresas estatais e autarquias.

No governo Figueiredo os serviços de inteligência, especialmente o SNI, tiveram seu poder dentro da administração pública aumentado consideravelmente. Se isso continuasse assim, especialmente se a sua chefia ficasse em mãos não confiáveis, a abertura estaria em risco, já que não seria difícil recorrer a “embustes” ou “desinformações”. Uma acusação que embarçava o SNI, e contava contra o governo, era a de ser responsável pela execução de ações ilícitas como a morte de Alexandre von Baumgarten, um jornalista que morreu no que supostamente teria sido um acidente em seu barco, em 1982. Baumgarten, que figurava na folha de pagamentos do SNI, deixou um dossiê explicando por que aquele órgão queria matá-lo. O governo obstruiu o prosseguimento da queixa-crime intentada pela família da vítima², mas o episódio foi outra mancha negra que corroe a reputação da entidade, sobretudo para os militares que não confiavam em sua atuação.

Para o jornalista Alberto Dines, o termo “comunidade de informações” foi um dos eufemismos usados no final dos anos 70 para designar o conjunto dos órgãos governamentais que atuavam nas sombras do regime militar. A expressão “comunidade” deveria “significar algo claro, definido e compartilhado por todos”. E continua: “Na realidade, ‘comunidade de informações’ é justamente o contrário: sistema muito fechado e rarefeito por onde circula material amorfo, de qualidade e credibilidade duvidosas, a serviço de uns poucos”. Com o avanço da abertura política controlada, “para manter-se incólume e indevassável, este circuito, originalmente montado para captar e armazenar informações passou também a agir. A confraria dos que tudo sabem, então, converteu-se na seita dos que tudo podem. E, assim, vieram à tona graças às investigações da imprensa sobre o caso do assassinato de um ex-comunitário Alexandre Von Baumgarten” (Dines, prefácio in Lagoa, 1983, p. 1 e 2).

² Atualmente, segundo reportagem da *Folha de São Paulo* de 11/12/2002, a família do jornalista está pedindo na justiça indenização à União, com base na Lei dos Desaparecidos.

A Abertura Política

O processo de redemocratização foi desencadeado a partir de uma série de eventos como a crise econômica que se fazia presente no período militar. Neste período, passaram a contar entre os problemas econômicos brasileiros fatores como a subida dos índices inflacionários e a desestabilização da balança de pagamentos. Outro assunto que dominou os comentários sobre a problemática da economia brasileira neste período foi a dívida externa. Apesar do desenvolvimento econômico parecer continuar estável, o índice de desemprego é agravado neste período e as indústrias nacionais parecem abaladas. Em que pesem as pressões democratizantes da sociedade civil e as pressões externas, o processo de distensão foi definido e decidido a partir do próprio governo, ou de certas alas do governo, identificadas com o grupo Geisel, que naquele momento procurava assegurar para si a hegemonia na direção do processo político. “Distensão lenta, segura e gradual” era o projeto político adotado por esse grupo para controlar uma série de disfunções surgidas do próprio esforço realizado na consolidação do regime autoritário, tais como a erosão da legitimidade e a iminência de uma paralisia decisória frente à excessiva centralização do poder.

Tendo em vista o agravamento dos problemas econômico-sociais que poderiam acarretar grandes conflitos sociais, o presidente militar Ernesto Geisel adota novas atitudes políticas, iniciando um processo de abertura lenta e gradual. Este início de abertura não é fácil, e muitas das atitudes governamentais são ambíguas, como a instituição de leis que privilegiavam o partido da situação, a antiga Arena. O setor militar esboçou várias reações à abertura política, e alguns membros deste setor foram afastados por suas manobras contra a abertura política.

Em 1974, o partido de oposição, MDB (Movimento Democrático Brasileiro) vence as eleições, período em que foi liberada a campanha eleitoral gratuita em rede nacional de rádio e TV. Algumas vitórias foram atingidas neste período, como a revogação dos Atos Institucionais. A censura estabelecida por órgãos oficiais é banida, embora a liberdade de expressão ainda se encontre parcialmente cerceada neste período. Assumindo a presidência em 1979 como sucessor de Geisel, o general João Baptista Figueiredo assistiu em seu

mandato, sob uma postura muito peculiar, ao restabelecimento do pluripartidarismo, além de sancionar a Lei da Anistia.

É importante salientar que, no governo do presidente Figueiredo, os movimentos sindicais ainda eram mal vistos pelos olhos oficiais e a repressão a tais movimentos ainda fazia parte da postura geral do governo federal. Neste período, ocorreu a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), cujo líder nacional Luís Inácio Lula da Silva (também na liderança dos movimentos sindicais do ABC paulista) fora preso. Nessa altura, rumores de eleições diretas para presidente começaram a surgir. O deputado federal Dante de Oliveira foi autor de uma emenda pró-diretas que, mais tarde, em 1984, não obteve vitória no Congresso Nacional. Este período foi, no entanto, um momento de grande campanha nacional (*Diretas Já!*). Apesar de derrotada a emenda constitucional, o movimento pelas diretas ganha popularidade e acarreta grande mobilização popular. Paralelamente, o governador do estado de Minas Gerais, Tancredo Neves, é uma peça de importância na articulação do movimento de redemocratização.

Na data de 15 de janeiro de 1985, dois candidatos disputaram a presidência nas eleições do Colégio Eleitoral: Paulo Salim Maluf e Tancredo Neves, este último sendo eleito, mas não chegando a tomar posse, pois veio a falecer no dia 21 de abril. Tancredo Neves havia angariado a simpatia popular, apesar de inicialmente menos conhecido que Paulo Maluf, representante dos setores mais conservadores. O vice de Tancredo assume o cargo da presidência: José Sarney, político maranhense, que liderara o partido do governo (Arena).

Podemos assim, caracterizar a abertura como um *projeto* que se iniciou com autonomia pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou *processo*, cujo rumo foi determinado por muitas forças. É certo que abertura iniciada em 1974 não foi baseada num plano amplo e bem pensado, e sim que se baseou numa intenção liberalizante que produziu passos concretos, uns pensados previamente e outros como respostas a eventos posteriores. O fato de que a implementação do projeto foi atropelada pelos acontecimentos levou vários autores a afirmar que o conteúdo e o ritmo da abertura escaparam ao pleno controle do governo militar. De fato, ainda que sem poder demonstrar,

é possível sugerir que, particularmente a partir da campanha pelas diretas, os custos de uma tentativa de continuísmo do regime seriam altos, o que teria forçado o governo a permitir a conclusão do processo.

O desenrolar do processo foi caracterizado por marchas e contra marchas, por ziguezagues, revelando que o grupo Geisel não era hegemônico. Para o governo Geisel, os limites da transição eram dados pela “linha-dura”, que parecia não ter poder de decisão, mas tinha poder de veto. Havia contradições dentro do próprio governo, que tinha uma composição ideológica muito heterogênea.

No governo que propôs a distensão, havia defensores da repressão que, como em outros países latino-americanos, tentaram desestabilizá-lo. Isso foi particularmente grave no governo Figueiredo, pois logo em 1980 contabilizam-se 25 atentados, e em 1981, houve o mais importante deles, o do Riocentro, que terminou desvinculando o general Golbery do governo Figueiredo.

Os momentos finais da transição democrática e os iniciais do novo regime foram acompanhados de uma grande euforia, de expectativas pouco realistas a respeito do futuro. O fim de um regime militar pode gerar um otimismo ilimitado. Entretanto, nas décadas de 80 e 90, diante de condições externas muito mais adversas do que as das décadas de 60 e 70, e tendo que lidar com os problemas emergentes da nova instituição, vários governos civis não puderam satisfazer as aspirações da população, gerando, de parte de alguns setores, um certo desencanto e a busca de soluções mágicas.

Com a construção da Nova República, constatou-se um certo entusiasmo estimulado pelo sucesso inicial do Plano Cruzado. Porém, este entusiasmo democrático deu lugar a um perigoso cinismo que só recentemente começou a ser superado.

Capítulo II: O CASO BAUMGARTEN

Apesar de bastante citado na literatura sobre o período militar, é difícil encontrar em livros e artigos informações mais precisas sobre o Caso Baumgarten. Assim, para elaborar este texto recorreremos a uma pesquisa nos recortes do Arquivo Ana Lagoa. Aí verificamos que Alexandre von Baumgarten era conhecido nos meios jornalísticos como profissional intimamente ligado aos órgãos de informação do regime militar, e especificamente ao Serviço Nacional de Informações. Em outubro de 1982, Baumgarten saiu para pescar com a mulher Jeanette e com o pescador Manoel Valente Pires, e doze dias depois, a 25 de outubro, seu corpo é encontrado na praia da Macumba (RJ), com três tiros na cabeça e um no abdômen. A mulher e o barqueiro desapareceram. A morte de Baumgarten poderia ter sido vista como um simples acidente, se o jornalista não houvesse divulgado um dossiê prevendo sua morte e responsabilizando importantes figuras do SNI, caso algo lhe acontecesse. Segundo a revista *Veja* (28-11-84), nesse documento, o jornalista afirmaria que a sua “única dúvida é se essa decisão foi tomada em nível do ministro-chefe do SNI, ou se ficou no nível do chefe da Agência central do SNI, general Newton de Araújo e Cruz”.

Feita essa vinculação entre a morte do jornalista e o temido serviço de informações, órgão-chave do Estado brasileiro do pós-64, a imprensa passou a mostrar inédito interesse pelo caso. Com efeito, apenas na série de recortes do AAL - Arquivo Ana Lagoa - existem 867 matérias sobre o tema, no período 1983-1986, sem contar o que se publicou nos anos 90, também disponível no AAL. A dois de fevereiro de 1983, o *Jornal do Brasil* publicou a íntegra de carta do jornalista ao general Medeiros, chefe do SNI. Segundo seu ex-colaborador, o SNI não manteve o compromisso assumido com *O Cruzeiro*, de aplicar recursos na revista e, em troca, contar com a circulação, por um ano, das matérias solicitadas pelo SNI. Em seguida (8-2-83), o jornal referiu-se à possibilidade da polícia exumar o corpo de Baumgarten, depois de uma denúncia de que a sepultura do jornalista poderia ter sido violada. Segundo o mesmo diário (14-4-83), o ex-informante morreu com três tiros, depois de ser mantido vivo por doze dias.

Muito tempo depois dos acontecimentos, o então chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, confirmou a ligação entre Baumgarten e o órgão central

de inteligência (Soares et alli, 1995, 158-60), ao dizer que, em seu modo de ver, os organismo de informação queriam

“um órgão jornalístico que fosse favorável, mas, sobretudo, que noticiasse as coisas que a imprensa normal não mencionava, porque só lhe interessava ser contra o governo. Acho que o objetivo de *O Cruzeiro* deve ter sido esse: contrabalançar a ação da imprensa que era, toda ela, de oposição: torcia, omitia e inventava fatos”.

Referindo-se ao jornalista, o general alegou que

“o Baumgarten não era flor que se cheirasse. Ele trabalhou para mim, de graça, na *Defesa Nacional*, como agenciador de anúncios. Não tenho queixa dele, agiu sempre corretamente. Não sei o que queria de mim no futuro, mas nunca me pediu nada. Até fiquei surpreso. Depois, comecei a conhecer melhor certas coisas a seu respeito. Parece que ele pegou o dinheiro da revista, e isso teria provocado a reação das pessoas financiadoras, que acabaram matando-o; não sei muito bem o que se passou, sua morte acabou sendo atribuída ao SNI e, no julgamento, o general Newton Cruz foi envolvido”.

Para o general, “se o SNI participou da morte do Baumgarten, foi através de gente que não estava em serviço. Do ponto de vista oficial, eu podia dizer com certeza que o SNI não tinha tido nenhuma participação. Também não encontrei indícios de que elementos do SNI tivessem participado, mas pode ser que isso tenha ocorrido”.

Com efeito, até hoje não se sabe oficialmente como os fatos se sucederam. Mas a questão que nos interessa aqui gira em torno de outro problema, o da imprensa ter se utilizado deste (e de outros escândalos), para deslegitimar o já frágil governo de Figueiredo e conseguir, com isto, apressar a questão da abertura política. O governo Figueiredo, e a própria imagem militar, estava fragilizado devido aos muitos escândalos que comprometeram a imagem das Forças Armadas: muitos militares se deixaram envolver diretamente em casos pouco explicados que vieram depois à tona, no atentado terrorista do Riocentro e, no próprio nebuloso caso Baumgarten.

Capítulo III: A IMPRENSA E O CASO BAUMGARTEN

A situação de relativa liberalização em que a imprensa se encontrava no período estudado, foi fundamental para a viabilização do projeto de abertura, uma vez que a imprensa foi um importante fator na rearticulação e reativação política da sociedade civil (Duarte, 1983). Tomando como premissa que o estudo de jornais e revistas é fonte de grande importância para a análise e interpretação do Brasil, e focando o Caso Baumgarten como tema e conjuntura concreta dentro do período 1983-85, procuramos demonstrar a atuação da imprensa e dos jornalistas como força social importante na campanha de desacreditação do Regime Militar.

A hipótese sugerida pela análise do conjunto significativo de textos dos principais jornais e revistas do país é que a cobertura dos órgãos sobre o Caso Baumgarten teria escolhido como alvo o General Newton Cruz e fundamentalmente o SNI, para com isso atingir o Estado autoritário. Nesse sentido, passamos, a seguir, a analisar a cobertura de vários órgãos da imprensa sobre o episódio.

Veja e o Caso Baumgarten: postura ambígua e hostil

A revista paulista *Veja*, apesar de ter sido fundada em data posterior ao golpe (em setembro de 1968), sofreu bastante intervenção dos militares na sua redação. Os primeiros problemas de *Veja* com a censura ocorreram já na semana de decretação do AI-5, em dezembro de 1968. A programação de uma capa sobre o ato institucional levou à redação da revista um censor que vetou algumas declarações de políticos. Mesmo assim, na segunda-feira a revista foi apreendida nas bancas. Após esse episódio iniciou-se uma fase de “censura branca”, com bilhetes e telefonemas da censura informando os temas proibidos. Ciclicamente, a censura prévia, voltaria a ser instalada, como ocorreu em 1969. Em 1971 e 1973 a revista passou a ficar sob censura prévia, e em 1974 foi enviado pela Polícia Federal um censor que permanecia dentro da redação. Assim, pouco antes da

posse do presidente Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974, e durante os primeiros anos de seu governo, a revista passou a sofrer cortes sistemáticos em suas páginas.³

A censura a *Veja* refletia a tensão existente entre o grupo mais próximo de Geisel, favorável ao relaxamento progressivo das regras de exceção, e a chamada “linha dura”, que defendia a manutenção da censura à imprensa como um dos instrumentos básicos de controle político. O enquadramento da ala mais dura das Forças Armadas foi acompanhado, no caso desta revista, por uma pressão mais direta sobre a direção do periódico e do grupo Abril no sentido de abandono da linha jornalística crítica e de uma aproximação com a orientação do regime. Em 3 de junho de 1976, com um telefonema da Polícia Federal, à censura a *Veja* chegou ao fim.

No que diz respeito ao Caso Baumgarten, *Veja* apresentou uma ambigüidade de postura: ora parece confirmar as acusações ao SNI e ao general Newton Cruz, deixadas pelo jornalista em seu dossiê; ora parece desacreditar das denúncias feitas por Baumgarten considerando-as apenas “um exercício de autodefesa e simultaneamente de ataque ao SNI em geral, e ao general Newton Cruz em particular” (*Veja*, 02/02/1983, p.24). Isto é, a revista demonstra acreditar, a respeito do Caso Baumgarten, que havia “luz”, ou seja, era inegável que o SNI havia se envolvido com Baumgarten na tentativa fracassada de relançar a revista *O Cruzeiro*; que havia “sombra” quando se procurava ver se os desentendimentos entre oficiais do SNI e o jornalista “justificavam o seu temor de que daí poderia resultar a sua morte” e havia completa “escuridão” quando se procurava “entrever os rostos de seus assassinos” (*Veja*, 16/02/1983, p.17).

A revista transcreveu em várias reportagens o primeiro parágrafo do dossiê, de 74 páginas, onde Baumgarten afirmava:

“E certo que a minha extinção física já foi decidido pelo Serviço Nacional de Informações. A minha única dúvida é se essa decisão foi tomada em nível do ministro-chefe do SNI, general Otávio de Aguiar Medeiros, ou se ficou no nível do chefe da agência central do SNI, general Newton de Araújo Oliveira e Cruz” (*Veja*, 02/02/1983, p.20).

³ Para esta parte, ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, p.5671.

Para a mesma reportagem, tratava-se de um documento “recheado de acusações a membros do SNI, que fornecem novos elementos para a investigação sobre a misteriosa morte do jornalista no Rio de Janeiro, de sua mulher Jeanette Yvone Hansen e do barqueiro Manoel Pires” (p.20). Segundo a revista, o jornalista, conhecido por suas ligações com a comunidade de informações, havia se envolvido numa complexa rede de intrigas políticas por conta de seus problemas financeiros: “Entre julho de 1979 e fevereiro de 1981, enquanto dirigia *O Cruzeiro* [...], Baumgarten meteu-se em desordens contábeis que levaram a empresa a uma situação tecnicamente falimentar” (p.21). A partir de então, segundo *Veja*, o jornalista passou a editar a revista para tentar formar uma corrente de opinião pública favorável à Revolução de 1964 e ao governo federal, “já que ambos estavam muito desgastados ante o povo” (p.22); ou seja, o jornalista passaria então a publicar todas as matérias que lhe fossem solicitadas pelo SNI em troca de recursos financeiros. A reportagem revela ainda que, em março de 1980, a operação já se demonstrava inviável, pois as receitas não cobriam as despesas e menos de um ano depois do início da operação o empreendimento chegou ao fim, e dessa forma “nesta rede [de intrigas políticas] ao desfazer-se da empresa no início de 1981 Baumgarten suspeitou que acabasse deixando também a vida” (p.21).

Em reportagem publicada após o fim do regime, *Veja* afirmou que um veterano da comunidade de informações, o coronel da reserva Luís Helvécio da Silva, que conhecia Baumgarten do “serviço”, iria depor no caso. Segundo a revista, o coronel havia adiantado que em seu último encontro com o jornalista, em fevereiro de 1981,

“o Alexandre me contou naquela ocasião que a revista [*O Cruzeiro*] estava em sérias dificuldades financeiras e que ele tinha tido um desacerto muito grande com o general Newton Cruz. Disse que estava ameaçado, mas que se fosse assassinado, como temia, deixaria um documento capaz de estremecer o país” (*Veja*, 29/05/1985, p.25).⁴

⁴ Com efeito, Baumgarten escreveu seu dossiê no dia 28 de janeiro de 1981.

De acordo com *Veja*, aquilo que Alexandre von Baumgarten julgava ser sua grande arma – o dossiê – foi a causa de sua morte, uma vez que cópias do documento já haviam sido enviadas, pelo próprio jornalista, ao Palácio do Planalto em Brasília onde o SNI era força dominante. Nesta mesma reportagem a revista ofereceu uma “hipótese lógica” do que pretendiam os assassinos de Baumgarten: com a já evidente certeza de que o jornalista não havia sido morto no dia em que sumiu, mas pelo menos dez dias depois, *Veja* concluiu que seus captores “provavelmente quisessem tirar dele alguma informação [...], e a única informação valiosa que ele guardava era os nomes dos amigos a quem havia entregado cópias de seu dossiê” (*Veja*, 29/05/1985, p.26).

Alguns meses depois, em “Outro Disparo: cabo aponta assassinos de Baumgarten” (*Veja*, 23/10/1985, p.43), a revista assinala o depoimento de um então cabo que servia no Pelotão de Investigações Criminais na Polícia do Exército, preso por envolvimento na morte do jornalista Mário Eugênio em novembro de 1984. O cabo relatou a uma procuradora da Justiça Militar nomes de três militares que, segundo ele, mataram Baumgarten. Os militares citados por ele eram “o sargento Paulo Roberto Fábio, um major identificado como Marcos e o coronel José Luís Sávio Costa [então] chefe da segunda Seção do Comando Militar do Planalto” (*Veja*, 23/10/1985, p.43). Em outro depoimento no Superior Tribunal Militar, o mesmo cabo incluiu o general Cruz em suas acusações afirmando, de acordo com a revista, que Newton Cruz não só estava por trás da morte de Baumgarten como ainda o relacionou com outras ações ilícitas.

As reportagens publicadas antes do final do regime militar revelam que, se por um lado parecia evidente a posição hostil do periódico em relação a Newton Cruz, por outro, a revista parecia colocar em dúvida a credibilidade das informações contidas no dossiê do jornalista morto:

“se a maioria das datas e episódios do dossiê parece estar narrada com razoável fidelidade aos fatos, não há porque se acreditar na sua mais grave acusação – a de que o SNI iria matá-lo [...]. Além disso, o que ele chama de ‘Operação Cruzeiro’, era, na realidade, uma tentativa de criar um empreendimento comercial privado tomando dinheiro do governo” (*Veja*, 02/02/1983, p.25).

Na mesma matéria, apesar de afirmar que o envelope deixado pelo jornalista trouxe consigo prováveis pistas e, sem dúvida, deu o foco certo à questão da revista *O Cruzeiro*, ligando-o ao SNI, *Veja* assinalou que Baumgarten em seu dossiê não “explica porque desentendimentos de negócios, mesmo expondo irregularidade de conduta por parte dos funcionários do SNI, levariam a um ato tão extremo quanto à decisão de matá-lo. Apenas sugere ao longo da narrativa que sabia demais, embora não diga exatamente o que” (p.24). A reportagem foi mais além quando afirmou haver na personalidade do jornalista Alexandre von Baumgarten uma “veia histriônica” (p.27).

Em outra matéria a revista mostrou-se mais inclinada a desacreditar nas acusações contra Cruz e o SNI do que a reforçá-las. Isso fica evidente, por exemplo, em texto onde o periódico ressalta que “como todas as afirmações de Baumgarten em sua narrativa, ela dependeria do crédito que se dá a um jornalista morto” (*Veja*, 09/02/1983, p.21). Mesmo considerando inegável a ligação do SNI com *O Cruzeiro*, *Veja*, esquiva-se de atribuir a responsabilidade da morte de Baumgarten ao general Newton Cruz, chegando por vezes quase a defendê-lo:

“a ligação, ainda que indireta, do SNI com *O Cruzeiro* foi menos formal e burocrática do que a nota divulgada [pelo SNI] indica, mas daí ao general Cruz ter determinado a morte de Baumgarten vai distância grande e de há muito percebida [...]. A respeito da acusação formulada por Baumgarten logo nas primeiras linhas do dossiê, de que o SNI tinha decidido matá-lo – denúncia cuja comprovação até agora não fez progressos” (*Veja*, 09/02/1983, p. 21-22).

Nessa mesma reportagem, a revista referia-se a Alexandre von Baumgarten, como um homem “endividado, que vivia recluso, falava em escrever um livro, e até em ‘sumir do Brasil’. Considerava-se ameaçado e em pelo menos uma ocasião demonstrou que era capaz de confundir seus temores com a realidade” (p.22).

Uma semana depois, em “Luz, Sombra e Escuridão” (*Veja*, 16/02/1983, p. 16-19) a revista assinalou que “não se podia sequer garantir que entre fevereiro de 1981, quando encerrou as anotações de seu dossiê, e outubro de 1982, quando levou três tiros, Baumgarten continuasse seguro de que o SNI poderia matá-lo” (p.17), colocando, assim, uma névoa de dúvidas sobre as convicções do próprio jornalista. E continuando, acrescenta que “conceder a Baumgarten, com base em

acusações deste tipo, um crédito de confiança *post-mortem* talvez seja [...] mais o desejo de levantar suspeitas do que elucidar” (p.17).

Por ocasião da reabertura do caso, em 1985, e da nomeação de um novo delegado – Ivan Vasquez – *Veja* afirmou que isto significaria para os militares acusados pelo jornalista, especialmente para o general Newton Cruz, uma sucessão de contratempos. Contudo, “na essência, será uma boa oportunidade para que todos se livrem da maldição do morto que pesa sobre suas biografias – pois enquanto não apareceram os assassinos de Baumgarten, muitos serão capazes de acreditar na denúncia por ele deixada” (*Veja*, 05/06/1985, p.23).

Um outro indício encontrado que nos faz considerar a revista *Veja* cética em relação às acusações deixadas pelo jornalista é o modo como ela se referiu à acusação da Polícia Civil do Rio de Janeiro - segundo a qual o general Newton Cruz ordenou o seqüestro e assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten - , como um prejulgamento realizado diante da “fraqueza de evidências contra o general”. Segundo o periódico, a “história da acusação” constitui um

“exemplar de como não se fazer justiça [...], ilustra bem uma das dificuldades mais tenebrosas da sociedade brasileira: sua visceral incapacidade, de colocar a lei, pura e simples, realmente acima de interesses, das ideologias e de pontos de vista pré-concebidos” (*Veja*, 01/10/1985, p.35).

Além disso, a reportagem traz um importante comentário onde a revista defende que:

“pode parecer de muito mau tom dizer uma coisa dessas hoje em dia, mas a verdade é que o general Cruz está sendo perseguido, e não submetido a uma apreciação serena de seus atos. Arma-se contra ele uma condenação prévia perante a opinião pública, inflando-se o valor de uma investigação até agora frágil na produção de provas e insinuando-se, mesmo, que elas seriam no fundo uma formalidade praticamente dispensável, já que uma pessoa como o general Cruz só pode ser culpado” (p.35).

Ainda sobre a figura do general, a revista diz que “nem mesmo os inimigos do general Newton Cruz têm o direito de exigir sua condenação com base em provas que não ficam em pé” (p.35).

Em suma, com base nisso tudo, nos é permitido apontar que *Veja* –tanto antes como depois do regime militar- não apresenta uma clara postura hostil em relação a Newton Cruz e ao SNI; a revista parece “acreditar desacreditando” nas acusações. Isto é, por vezes o periódico mostra-se favorável à posição do jornalista, e em outras ocasiões mostra-se cético diante das acusações – como já foi registrado acima.

Contudo, apesar de ter colocado em xeque as denúncias deixadas por Baumgarten, *Veja* realizou ampla cobertura do caso (durante o período pesquisado, 1983-85, o assunto foi alvo de pelo menos três capas), dando sempre ênfase à sua repercussão política. Em “Começa a Investigação” (09/02/1983, p.20-24), admite que o Caso Baumgarten teve efeitos políticos tão significantes que ocasionou atitudes totalmente inéditas na história do país:

“pela primeira vez desde a sua criação, em 1964, o SNI falou [...], depois de ter sido preparada diante do general Newton Cruz e posteriormente mostrada ao presidente João Figueiredo, foi divulgada uma nota de cinco pontos [...] onde foi explicado que o jornalista procurou o general para solicitar publicidade oficial para o projeto de relançamento de *O Cruzeiro*” (p.21).

Em outras reportagens, o periódico reconheceu novamente a importância política e os reflexos sócio-políticos do Caso Baumgarten, relatando que “é indiscutível que o dossiê do jornalista [...] causou um grande mal pessoal aos generais Otávio Medeiros e Newton Cruz, bem como prejuízos políticos ao Serviço Nacional de Informações” (*Veja*, 16/02/1983, p.19). Já depois do final da ditadura, assinalou ainda que a investigação do caso serviu como instrumento “para que venham à tona detalhes sobre os porões do antigo regime” (*Veja*, 27/07/1985, p.25), pois na esteira das investigações surgiram denúncias de desaparecimentos de presos políticos – como o caso do estudante César Botelho Massa ocorrido em 1972.

Por fim, apesar da ambigüidade de postura do periódico em relação ao Caso Baumgarten, parece claro que ele contribuiu com o processo de falência do regime militar. Ao dedicar ao Caso Baumgarten uma especial importância, mesmo que não endossando as acusações ao general Newton Cruz e ao SNI a revista

contribuiu para a perpetuação das mesmas. Ou seja, fortaleceu, mesmo que indiretamente, o afastamento de Newton Cruz de seus pomposos cargos junto ao governo militar e para a desestabilização de uma das maiores e mais importante criações do regime ditatorial, o SNI.

Revista Isto É e o Caso Baumgarten: nítida posição hostil

Periódico paulista fundado em 1976, *Isto É* apresentou-se, desde seu lançamento, como uma revista de variedades ocupando-se com assuntos de política, economia, ciência, comportamento, artes, esportes e outros assuntos.⁵ Desde sua origem a revista se distinguiu por apresentar um amplo e prestigiado corpo de colaboradores, modificado e ampliado com o decorrer dos anos, mas contando sempre com personalidades da área acadêmica e do jornalismo brasileiro. No momento em que *Isto É* foi lançada, o governo Geisel dava prosseguimento ao seu projeto de redemocratização do país. Neste contexto, ela procurou ocupar os espaços disponíveis para a crítica política. O posicionamento contrário ao regime vigente era freqüentemente explicitado pela revista, ainda que de forma sutil. Em março de 1977, quando passou a ser publicada semanalmente, foram introduzidas alterações na própria posição política da revista, que passou a apresentar uma postura mais claramente antigovernista. Em sua nova fase, ampliou-se de modo significativo o próprio espaço destinado aos temas políticos, que ocupavam, na grande maioria das vezes, a própria capa da revista. Foram definidas, então, três editorias fixas: política, cultura e economia; a primeira delas sempre maior que as outras. Ainda nesse período, *Isto É* veiculou críticas contundentes a figuras de destaque do regime: setores conservadores da sociedade brasileira, ainda que não vinculados diretamente ao governo, como a ala conservadora do clero católico, também foram criticados. Em abril de 1977, o presidente Geisel editou uma série de medidas de exceção, que ficaram conhecidas como “Pacote de Abril”. Diante de tais medidas, o posicionamento de

⁵ Para as informações seguintes, ver *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, p. 2817.

Isto É foi cauteloso. Mino Carta (na ocasião chefe da redação) enfatizou, então, o fato de o país estar ainda muito longe do regime democrático, mas não deixou de criticar a posição, a seu ver intransigente, do MDB. Ainda em 1977, a revista começou a dar amplo destaque às manifestações de protesto, que além dos estudantes, passavam a envolver também operários fabris e outros grupos. Luis Inácio Lula da Silva, foi entrevistado pela revista ainda em setembro, meses antes, portanto, de ocorrerem às greves no ABC paulista que o celebrizariam como principal liderança do novo sindicalismo brasileiro que emergiu na década de 70. No decorrer do ano de 1979, ganhou corpo o debate sobre a anistia aos presos e exilados políticos. Na primeira semana de junho *Isto É* defendeu uma anistia geral em sua manchete de capa. Em maio de 1981, quando do atentado ao show em comemoração do Dia do Trabalho no Riocentro, a revista publicou um duro artigo contra o governo, a quem acusava de passividade diante do terrorismo de direita, que já se havia manifestado anteriormente. *Isto É* não hesitava em afirmar que os atentados terroristas eram provocados por setores que contestavam o processo de abertura política a partir do interior do próprio regime, e que o governo, se quisesse, poderia identificá-los. Por sua vez a reportagem apresentada sobre o episódio dizia textualmente que os militares envolvidos no atentado eram vinculados ao DOI-CODI.

Isto É esteve entre os primeiros órgãos da grande imprensa a apoiar a campanha das diretas e, já na última semana de novembro de 1983, a capa da revista estampava: “pelas diretas: o país todo empunha esta bandeira” e advertia sobre os riscos de essa campanha popular acabar morrendo no ar “rarefeito” dos gabinetes. E apesar das mudanças ocorridas na redação da revista, *Isto É* manteve-se sempre o prestígio da revista na área do jornalismo investigativo.

Quando da reabertura do Caso Baumgarten, em junho de 1985, portanto já depois do final do regime militar, a revista publicou uma matéria onde afirmava que, o General Newton Cruz “figura como co-autor do seqüestro e morte do jornalista Alexandre von Baumgarten e ainda de Jeanette Hansen, sua mulher, e do barqueiro Manoel Valente Pires, ocorridos em outubro de 1982” (*Isto É*, 02/10/85, p. 25)⁶. De acordo com a mesma reportagem, o álibi fornecido pelo SNI

⁶ Nesse caso, nossa análise apenas pode considerar os efeitos da cobertura de *Isto É* sobre a imagem póstuma do regime, uma vez que as matérias analisadas foram publicadas depois de março de 1985.

para desmentir o depoimento do bailarino Cláudio Werner Polila - que afirmara ter visto o general comandando o seqüestro de Baumgarten na Praça XV (RJ) na madrugada do dia 13 de outubro de 1982 – não era válido. Conforme o álibi, Newton Cruz permanecera em Brasília nos dias 11, 12 e 13 de outubro de 1982 fato que, segundo ressaltou a revista, não provaria que ele Cruz não tivesse estado na Praça XV na madrugada do crime. Afinal, no dia 12 não houve expediente no SNI por ser feriado nacional, e o general só teria voltado ao trabalho na manhã do dia 13 – ou seja, horas depois do seqüestro. A reportagem revela ainda que, em depoimento prestado na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, Cruz procurou desacreditar moralmente o bailarino “Jiló” (como era conhecido popularmente Cláudio Werner Polila), chamando-o de “ladrão, débil mental, mentiroso e estelionatário” (02/10/85, p.25), e entregando ao delegado Ivan Vasques, responsável pelo caso, e à imprensa “um minucioso dossiê sobre as peripécias de Jiló [...] Todavia, o rigoroso dossiê não informava se ele estava mesmo na madrugada de 13 de outubro de 1982 na Praça XV, onde garante ter visto a ação contra Baumgarten” (02/10/85 p.25).

Fica evidente, portanto, a nítida posição hostil do periódico em relação a Newton Cruz. Fato perceptível na insistência de *Isto É* em destacar a não inocência do então acusado e sua tentativa de desacreditar a única testemunha do caso. Em outra reportagem, *Isto É* publicou revelações feitas em depoimento pelo então cabo da Polícia do Exército, David Antonio do Couto, onde se falava de uma “certa Operação Primavera, destinada a identificar os travestis de Brasília. A operação revelaria que Newton Cruz estava procurando o bailarino Cláudio Werner Polila o ‘Jiló’” (30/10/85, p.30). Este mesmo noticiário revela que, nem mesmo sua exoneração em novembro de 1984, teria impedido Newton Cruz de continuar se movimentando, recebendo e colecionando informações a respeito da testemunha.

Em matéria anterior, *Isto É* afirmou que o coronel da reserva do Exército Luís Helvécio da Silveira Leite pretendia “contar tudo o que ouviu e apurou sobre a morte de Baumgarten junto a seus antigos camaradas da comunidade de informações” (12/06/85, p.58). De acordo com a revista, Helvécio pretendia, em seu depoimento ao delegado Ivan Vasques, desmentir as afirmações do general Newton Cruz, segundo as quais não havia envolvimento do SNI com Baumgarten

na operação de relançamento de *O Cruzeiro*. A reportagem revela, ainda, que um general de quatro estrelas, ouvido por *Isto É*, havia revelado que os coronéis Ary Pereira de Carvalho e Ari de Aguiar Freire, ambos citados no dossiê deixado pelo jornalista assassinado, haviam sido elementos decisivos na operação contra Baumgarten,

“que estava ‘incomodando’ o SNI, seja vazando informações ou tentando arrancar cada vez mais dinheiro para *O Cruzeiro*. Segundo esse oficial, o general Newton Cruz, na época chefe dos dois, soube dos movimentos de seus auxiliares. Já o Otávio Medeiros só teria tomado conhecimento do que se passou depois que o corpo do antigo colunista apareceu boiando numa praia carioca” (12/06/85, p.59).

Essa informação endossa outra publicada pela revista, na mesma reportagem, de que, no dossiê, “o jornalista, embora se declare convencido de que o SNI tramara sua morte, alimenta a esperança de que o Gal. Medeiros de nada soubesse”; ou seja, com isso a revista afasta Medeiros da responsabilidade do crime, concentrando-a toda em Newton Cruz e reforçando, dessa forma, sua ofensiva contra ele.

Várias são as evidências que nos levam a considerar a postura da revista *Isto É*, frente à cobertura do Caso Baumgarten, como hostil em relação a Newton Cruz, ao SNI e, conseqüentemente, ao próprio regime militar. Em “Lavagem de Roupas” (*Isto É*, 30/10/85, p.27-30) a revista ressalta que “ao engordar a relação de suspeitos da autoria do crime com os nomes de cinco oficiais do Exército [citados em depoimento por um cabo da Polícia do Exército], [...] o delegado Ivan Vasques empreendeu uma definitiva incursão pelos pecados do antigo regime”. A reportagem revela ainda que, apesar de não terem sido encontradas evidências e provas concretas que poderiam levar à prisão os responsáveis pela morte de Baumgarten, “sobraram informações [...] sobre os tortuosos caminhos trilhados pelos órgãos de Segurança e Informação no final do governo passado [refere-se ao governo Figueiredo]” (30/10/85, p.27).

Além disso, a reportagem traz importante trecho do que havia declarado em depoimento um cabo da Polícia do Exército – preso envolvido no assassinato do jornalista Mário Eugênio. Segundo ele:

“era voz corrente na 2ª seção do PIC [Pelotão de Investigações Criminais] que o general Newton Cruz [...] ordenara a execução de Baumgarten, planejada e executada pelos coronéis Miguel Magalhães Cavalcante e José Luis Sávio Costa, o tenente-coronel Arídio Mário de Souza Filho, o major José Roberto de Andrade Biolchini e um sargento de codinome Paulo Roberto Fábio” (30/10/85, p.27).

Ainda sobre os oficiais, e fazendo uma crítica às atividades operacionais do SNI, a revista afirma que “todos de uma forma ou de outra estiveram envolvidos nas peripécias armadas pelos órgãos de informação nos últimos anos do governo Figueiredo” (30/10/85, p.28).

Uma outra evidência sobre a posição da revista *Isto É* está no fato do periódico ter apontado, em uma de suas reportagens, que apesar de Baumgarten não ter conseguido evitar a própria morte ao escrever o dossiê, este documento – tornado público logo após o assassinio do jornalista – pesou por vários anos sobre os nomes citados nele e, principalmente, sobre o SNI, como uma “verdadeira maldição”: dois dos coronéis citados no dossiê (Ary Pereira de Carvalho e Ari de Aguiar Freire) haviam sido “discretamente dispensados do serviço” (02/ 04/ 86, p.28), dias antes da data da reportagem; ou seja, quatro anos após a morte do jornalista Alexandre von Baumgarten e da publicação de seu dossiê.

Em suma, com base nisso tudo, é possível propor que a cobertura do Caso Baumgarten, em especial a importância dada a ele pela imprensa, neste caso específico a revista *Isto É*, contribuiu para o afastamento de Newton Cruz de suas funções junto ao Comando Militar do Planalto (CMP) e para a desestabilização e desprestígio do SNI (que sobreviveu a queda do regime), tanto moralmente como organizacionalmente. Além disso, as evidências acima apontadas nos concedem licença para afirmar que a revista *Isto É* teria tomado o Caso Baumgarten como pretexto para atacar um dos ícones do regime ditatorial (o SNI) e um de seus representantes mais destacados (general Newton Cruz).

O Globo e o Caso Baumgarten: dubiedade de postura

O jornal *O Globo* – órgão carioca fundada em 29 de julho de 1925 - deu apoio ao governo do marechal Castelo Branco, presidente eleito pelo Congresso em 11 de abril de 1964, e não se manifestou contra as diversas cassações perpetradas pelos primeiros atos institucionais.⁷ Ainda em 1966, o jornal opôs-se à Frente Ampla, movimento articulado por elementos descontentes com o governo Castelo Branco, entre os quais Carlos Lacerda, e os políticos cassados pelo movimento de 1964, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Contudo, a escalada de atos terroristas promovidos por grupos militares de direita, iniciada logo após a aprovação da anistia (1979), somada a algumas medidas de exceção tomada pelo governo, receberam imediata desaprovação do jornal. Todos os principais atentados à bomba foram listados na edição de 02 de maio de 1981, como parte da cobertura do caso Riocentro.

O Arquivo Ana Lagoa possui 190 recortes de *O Globo*, que tratam do Caso Baumgarten, no período correspondente a 1983-86. Porém a grande maioria dos recortes data de 1985, ano em que o Regime Militar já não mais era vigente. Mesmo assim, é possível propor que o jornal mudou tardiamente o tom de suas reportagens ao perceber a crise do regime militar. Nesse sentido, segundo o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, O Globo*

“não apoiou a campanha nacional a favor da emenda Dante de Oliveira [que propunha a eleição direta para presidente da República], iniciada no fim de 1983. Entretanto, a cobertura dos comícios ganhou destaque”, e mais tarde (em 1984) a escolha de Tancredo Neves para concorrer com Paulo Maluf (candidato dos militares) na disputa pela Presidência da República pela via indireta recebeu apoio do jornal. Trazendo o lema da conciliação, a candidatura de Tancredo foi vista como uma garantia de transição sem riscos. Após a confirmação de seu nome pelo Colégio Eleitoral, *O Globo* chamou-o de “o mensageiro da conciliação”, homem público capaz de reconhecer, apesar de sua militância oposicionista, o “relevante papel do Presidente Figueiredo e das Forças Armadas no feliz encaminhamento da sucessão presidencial e da transição pra a plenitude democrática” (, p. 2545 e 2546).

⁷ Para as informações abaixo, ver *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, p.2145.

A cobertura do Caso Baumgarten evidencia ainda mais essa dúbia evolução do periódico. Por ocasião da reabertura do caso, o jornal publicou reportagens onde se sugeria a participação de importantes figuras do governo na morte do jornalista e também demonstrava o interesse por parte de alguns militares, em eliminar Baumgarten. Por exemplo, em “Grael: Baumgarten Sabia Demais Sobre Riocentro” (*O Globo*, 25/06/1985), o periódico assinala um depoimento de três horas, do então coronel Dickson Grael ao delegado encarregado do caso, onde aquele afirmou que Baumgarten havia sido morto porque sabia demais sobre a bomba que explodiu no Riocentro em 30 de abril de 1981: “aquele atentado não mostrou apenas as vísceras do sargento e do capitão. Mostrou as vísceras do próprio sistema dominante. E Baumgarten, como homem que vivia dentro deste sistema, ao se sentir ameaçado julgou ser hora de revelar o que sabia” (*O Globo*, 26/06/1985). No depoimento, o coronel disse ainda acreditar que o assassinato do jornalista foi um caso de queima de arquivo. Em outra reportagem a respeito do depoimento do coronel, *O Globo* traz a informação de que Grael havia declarado em depoimento formal que outras pessoas sabiam algo a respeito da morte do jornalista e que tinha ido depor por questão de segurança, pois temia ser também assassinado: “Essas pessoas só estarão seguras se falarem o que sabem” (*O Globo*, 02/07/1985). Sobre o coronel, vale dizer que, ele teve uma trajetória interessante no Regime Militar. Em 1969, foi punido pois se recusou a marchar na comemoração do Sete de Setembro, indignado com a libertação de presos políticos em troca do embaixador americano.

Um outro traço da cobertura de *O Globo* é a frequência e a maneira como se referiu às informações fornecidas pelo ex-cabo do Exército David Antonio do Couto, preso por participação na morte de outro jornalista. Em “Ex-Cabo Reafirma em Depoimento Acusação a Cruz” (*O Globo*, 24/10/1985) o periódico ressalta que Couto havia afirmado que a “Operação Dragão” - nome em código da suposta trama armada para seqüestrar, interrogar e matar o jornalista Alexandre von Baumgarten - foi planejada pelo general Newton Cruz, quando este ocupava o posto de Comandante Militar do Planalto, e que no Pelotão de investigações Criminais (PIC) o assunto era comentado por todos os militares. Ao repetir as acusações, o ex-cabo disse que além de planejar a operação, Cruz havia participado dela pessoalmente “pois era hábito do general ficar à frente das

missões mais arriscadas e esteve pessoalmente nas missões de rua quando foram aplicadas as medidas de emergência”. Segundo *O Globo*, em seu depoimento Couto contou também ao delegado Ivan Vasques (encarregado do caso) que o capitão Itamar Barcelos, que era chefe da Segunda Seção da Polícia do Exército, havia lhe falado várias vezes no sargento Roberto Fábio – apontado como um dos executores de Baumgarten – dizendo que “este não fala mais, já sumiu junto com sua mulher”. Indicando, assim, que a “Operação Dragão” continuava a fazer vítimas, segundo a mesma fonte.

Em outra matéria sobre as declarações feitas pelo ex-cabo o jornal assinalou trechos do depoimento onde a testemunha afirmava que “muitas operações ilícitas e missões clandestinas ocorriam no Comando Militar sob as ordens de Newton Cruz”, e que “o general Newton Cruz pode ter tido razão quando me chamou de maluco e assassino. Malucos ficaram todos os subordinados quando ele assumiu o CMP, pelas ordens que recebiam, e assassinos, também, por ordens dele” (*O Globo*, 26/10/1985). O ex-cabo disse ainda que o então capitão Itamar Barcelos tinha o hábito de falar das operações para incentivar os subordinados a participar e “mostrar a impossibilidade de punição dos que trabalhavam para a Comunidade de Informações. Os subordinados podiam e deviam cumprir qualquer ordem, pois o Brasil era dos militares e tudo terminaria bem” (*O Globo*, 23/10/1985). Couto, conforme o jornal, declarou também que o capitão costumava dizer a seus subordinados que não temessem participar das missões clandestinas “porque tais serviços podiam ser sempre atribuídos aos comunistas” (*O Globo*, 23/10/1985). Ainda no depoimento, o ex-cabo afirmou que haveria uma revolução, uma tentativa de golpe e que os subordinados eram então incentivados pelo capitão dizendo que o general Newton Cruz viria a ser presidente da República e “tudo ficaria bem para quem fosse subordinado dele”.

Para o *Globo*, o depoimento do ex-cabo David Antonio do Couto foi considerado um dos mais importantes no Caso Baumgarten, pois, além de reafirmar as acusações ao general Newton Cruz, levantou a hipótese de que este foi responsável não apenas pelo seqüestro e morte do jornalista, mas também, por outras ações criminosas. Tudo isso, associado a outros acontecimentos, ocasionou implicações políticas muito sérias que contribuíram para a

desmoralização não só do general Cruz, mas do SNI, do Exército e do regime - que já havia terminado.

De acordo com o jornal, havia um imenso esforço por parte do Exército em intimidar e desacreditar o delegado encarregado do Caso Baumgarten, Ivan Vasques, para conseguir, com isto, impedir o avanço nas investigações e quiçá o abafamento do caso – fato que só veio corroborar a denúncia de participação de membros do SNI, ligados ao Exército, no assassinato do jornalista. Este esforço foi evidenciado, por exemplo, em “Vasques Seria Seqüestrado, Mas Descobre Plano a Tempo” (*O Globo*, 15/11/1985), onde o jornal ressalta que um coronel do Exército estaria armando uma campanha de humilhação contra o delegado, que incluiria o seqüestro de Vasques e sua exposição ao ridículo através da distribuição de dezenas de cartazes, encontrados por agentes da polícia, que continham sua foto e a inscrição “O Palhaço da Nova República”. Além disso, uma outra reportagem que denuncia o esforço para amedrontar o delegado relata que Vasques havia recebido “telefonemas ameaçadores” em sua residência, logo após uma aparição sua na TV onde ele havia anunciado que “esperava avançar muito nas investigações do Caso Baumgarten ouvindo diversos militares do Rio de Janeiro” (*O Globo*, 25/10/1985).

Em matéria de 2 de julho de 1985, o jornal demonstra o empenho dos então ministros militares de isentarem as Forças Armadas, em assuntos como o Caso Baumgarten e o Caso Riocentro. O então ministro da Aeronáutica Moreira Lima, segundo o periódico, chegou a dizer: “a quem interessaria reabrir o inquérito do Riocentro e do Caso Baumgarten?”, definindo assim uma postura de total descaso com a justiça e a verdade e demonstrando apenas seu interesse em diminuir a real importância dos casos, e em esconder seus responsáveis. Esta intenção militar de desmerecer as acusações contra o regime denota o quanto estes casos foram significativos para a construção de uma imagem negativa do regime.

Em outra reportagem, o jornal dizia que, ao contrário do que Newton Cruz havia mencionado, o jornalista Alexandre von Baumgarten tinha, sim, uma relação de longa data com o SNI, de acordo com o depoimento do coronel da reserva Luis Helvécio da Silveira Leite, que chefiava o Serviço no Rio de Janeiro na época do relançamento de *O Cruzeiro* (1979). Em seu depoimento, o coronel afirmou também que Baumgarten ia com muita frequência ao gabinete do então chefe da

Agência Central do SNI, Newton Cruz, e que sobre estas visitas o jornalista e o coronel tiveram longas conversas: “as relações de Baumgarten e Cruz eram cheia de altos e baixos” (*O Globo*, 09/06/1985). De acordo com o periódico, Leite afirmou que, na última vez em que esteve com o jornalista – em fevereiro de 1981, ou seja, um mês depois de Baumgarten escrever seu dossiê - ele relatou “muito nervoso mais uma briga que resultara em ameaça de morte”. Afirmou ainda que o jornalista havia lhe feito a seguinte confissão: “Eu sei que Newton Cruz vai me matar, mas se eu morrer, vai dar a maior zorra neste país” (*O Globo*, 09/06/1984). O coronel declarou na época não ter considerado os temores do amigo devido ao temperamento explosivo do general. Essas declarações, segundo o jornal, ajudam a incriminar Cruz, pois revelam que ele havia mentido sobre suas relações com o jornalista morto, denotam que ele não disse tudo o que sabia sobre o caso. E contribuem ainda para dar veracidade às denúncias deixadas por Baumgarten em seu dossiê (onde este havia declarado saber que iria ser morto por ordens do SNI), que o general classificou como fruto de uma mente fantasiosa.

Para o jornal, uma outra indicação de que Newton Cruz provavelmente era responsável pela operação que resultou na morte de Baumgarten, de sua esposa Jeanette Hansen e do barqueiro Manoel Pires é que depois de feita a reconstituição do crime, nas mesmas condições, havia ficado provado que o dançarino Jiló (única testemunha ocular do caso) estava em perfeitas condições de ver e ouvir o que havia se passado na madrugada do crime (13/10/1982). Dessa maneira, o jornal alerta para o fato de que, uma vez que a perícia tinha confirmado a veracidade do depoimento de Polila, confirma-se a sua acusação de ter visto o general Newton Cruz no banco de trás do carro onde estavam os seqüestradores de Baumgarten. Sobre a postura de Jiló durante a reconstituição, *O Globo* classificou o dançarino como “enfático e sem contradições” (08/08/1985) contribuindo, desta forma, para que o depoimento da testemunha se tornasse mais verossímil, e contrariando a declaração de Cruz que havia chamado a testemunha de mentirosa e débil mental.

Um outro indicio que nos faz considerar *O Globo* fortemente adverso ao general Newton Cruz está no fato do jornal ter apontado, em várias reportagens, que apesar do diretor do Departamento da Polícia Federal (DPF) ter assegurado que o jornalista não havia estado em nenhum momento na Polícia Federal (PF) do

Rio de Janeiro entre 12 e 25 de outubro de 1982, um ex-presos – o biscateiro Aricruá Cândido – reconheceu como Alexandre von Baumgarten o homem louro que ele viu com o rosto colado na janela da outra cela da PF na manhã de 21 de outubro de 1982. Em matéria de 27 de junho de 1985, *O Globo* sugere que Baumgarten teve passagem pelo DPF do Rio de Janeiro, afirmação levantada inicialmente pelo coronel Helvécio da Silveira Leite e posteriormente pelo coronel Dickson Graef. Segundo *O Globo*, este último confirmou em depoimento formal que, em 1983, um oficial que trabalhou no SNI lhe confidenciou que, antes de ser assassinado, Baumgarten foi levado para uma dependência policial no cais do porto. Dois agentes que, até 1984, ainda estavam na ativa confirmaram para o jornal que um falso coronel havia estado preso na Delegacia de Ordem Política e Social do DPF em fins de 1982, por ordens de Brasília. Para *O Globo*, possivelmente o falso coronel era o jornalista que tinha chegado a cursar a Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica e costumava passar-se por coronel da Força Aérea Brasileira (FAB).

Em suma, com base em todas as evidências acima apontadas, o jornal *O Globo* apresentou uma clara postura hostil em relação ao general Newton Cruz e ao SNI. Como dissemos, o jornal realizou ampla cobertura do Caso Baumgarten – durante o período pesquisado, 1983-85, o assunto foi alvo de pelo menos 190 reportagens, sendo que várias delas encontravam-se como matéria da primeira página - dando sempre ênfase às implicações políticas do caso. Nesse sentido, o caso teve efeitos políticos tão significantes que ocorreram atitudes inéditas na história do país, como quando o general Cruz foi fichado e indiciado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro pelo seqüestro e morte de Alexandre von Baumgarten. Isto denota um avanço em direção à democracia fundamental na história política brasileira, pois nunca antes um militar da relevância de Newton Cruz, havia sido indiciado, colocado no banco dos réus e amplamente exposto à imprensa e ao julgamento da sociedade civil.

Por fim, a análise do material pesquisado evidencia que *O Globo*, como órgão da imprensa escrita brasileira, contribuiu com o processo de falência do regime militar, apesar de seu passado conservador, e também com a formação de uma má imagem do regime militar depois do final da ditadura. Ao dedicar ao caso Baumgarten uma especial importância, o jornal colaborou com o afastamento de

Newton Cruz de suas funções junto ao Comando Militar do Planalto - justamente ele que era um dos representantes mais visíveis do regime militar – e com a desestabilização daquele que foi um dos ícones do regime ditatorial, o SNI.

O Estado de São Paulo e o caso Baumgarten: ataque com moderação

Fundado em quatro de fevereiro de 1875 este tradicional órgão de imprensa exaltou em seus editoriais o movimento militar e demonstrou apoio aos dois primeiros Atos Institucionais (1964 e 1965); além disso, aplaudiu as medidas de exceção do governo, mesmo as mais antidemocráticas.⁸ Porém, a partir de 1966 o periódico começou a mudar de posição, publicando editoriais pessimistas quanto à evolução política nacional, embora fosse mantido o apoio aos êxitos da revolução no campo econômico-financeiro. O jornal preocupava-se, sobretudo, com a liberdade de imprensa, ameaçada por nova lei de início de 1966. Durante o governo do general Emilio Garrastazu Médici, permaneceu sob censura prévia, que seria suspensa somente em abril de 1975, já no governo Geisel. Frente ao atentado à bomba no Riocentro em 1981, o jornal mostrou-se indignado com a impunidade dos responsáveis. Em fins de 1983, o periódico sofreu atentado por ação de grupos de direita. *O Estado de São Paulo* foi favorável e comprometido com as campanhas pelas eleições diretas para Presidência da República, e com o processo de Abertura. O acervo do arquivo Ana Lagoa possui 867 recortes que abordam temas sobre o Caso Baumgarten. Dentre estes, 138 pertencem à base de dados de *O Estado de São Paulo* correspondentes aos anos de 1983-1986. A tabela abaixo permite visualizar a distribuição dos artigos do periódico *O Estado de São Paulo*, por período:

⁸ Para o jornal, ver *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, p.3175.

Tabela 1. Distribuição de Recortes de *O Estado de São Paulo* por Período.

Período	Número de Recortes
1983-84	29
1985	107
1986	02
Total	138

De acordo com a análise deste trabalho, pode-se dizer que *O Estado de São Paulo* apresentou frente ao Caso Baumgarten uma postura hostil em relação aquele que era um dos ícones do regime militar (SNI) e com um de seus integrantes mais importantes (General Newton Cruz). Porém, fazendo-se uma análise comparativa com outros órgãos da imprensa pesquisados - como o jornal *A Folha de São Paulo* e a revista *Isto É* - percebemos que o periódico em questão revelou-se menos agressivo. Apesar da ampla cobertura dedicada ao Caso Baumgarten e do espaço destinado a reportagens críticas, *O Estado de São Paulo* permitiu que seus artigos tivessem espaço para o regime, e abriu espaço para Newton Cruz, se defendesse. Por exemplo, em “General Assume a Responsabilidade” (10/03/1983), o periódico apresenta declaração de Cruz onde este nega ter mantido relações de amizade com o jornalista morto “a quem disse conhecer somente de nome até que o recebeu em seu gabinete, apresentado por um amigo comum”; ou em outra reportagem afirma que a liderança governista representada pelo então deputado Jorge Arbage (PSD-PA), defendeu “com veemência” o general assinalando que, na ocasião ele não havia desrespeitado o Poder Legislativo - quando se negou a obedecer a uma convocação da Câmara para depor na CPI que investigava as atitudes do SNI: “o desrespeito – acrescentou – é exatamente o inverso, é o de se convocar para depor, numa CPI, um cidadão que por lei, está impedido de fazê-lo” numa alusão à “Lei do Silêncio” que protegia os integrantes da Comunidade de Informações.

Nota-se que, nestas reportagens, o jornal limita-se a imprimir as declarações do membro do governo, sem acrescentar comentário ou fato algum. Em nossa perspectiva, o jornal parece expor uma trajetória hesitante na sua cobertura do episódio Baumgarten: ora mostra-se claramente ofensivo e hostil, ora inusitadamente imparcial, limitando-se apenas à narração dos fatos. Em

“Encontrada a Vítima: O SNI” (08/02/1983), o texto mostra-se extremamente crítico em relação a Cruz, Medeiros e, conseqüentemente, ao SNI:

“Eis uma demonstração de eficiência profissional: ao invés de conceder uma entrevista para informar, o general Newton Cruz utilizou-a para desinformar a opinião pública. Com meia dúzia de palavras bem colocadas, o general Cruz transforma o general Medeiros no funcionário público dedicado e exemplar – e quem dirá que não o seja? -, vítima de uma campanha de intrigas, cheia de boatos, mentiras e deturpações, e vazia de verdades. A vítima, portanto, é o general Octávio Medeiros, e não o jornalista Alexandre von Baumgarten, sua mulher e o traineiro, o primeiro assassinado com três tiros e os outros dois desaparecidos com o barco”.

E acrescenta em tom irônico:

“Temos, assim, um general ‘profundamente magoado’, e não mais um cadáver perfurado por três tiros. Igualmente, ficamos sabendo que o mesmo general nada teve que ver, pessoalmente, com os contatos do SNI com aquele incômodo cadáver, ao tempo em que era um jornalista vivo e vivaldino, disposto a extrair dinheiro da ‘Coisa Nossa’ pelo simples expediente de reeditar uma revista sem nenhuma perspectiva de sobrevivência. Procurado pelo jornalista, o general Newton Cruz facilitou alguns contatos entre Baumgarten e os futuros financiadores do ‘projeto *Cruzeiro*’, acrescentando com ingenuidade verdadeiramente profissional: ‘Sem neles caracterizar qualquer ingerência indébita ou forma de pressão’”.

A reportagem prossegue fazendo várias outras acusações e notando que, embora Cruz afirmasse nunca ter gastado nem cinco minutos com o jornalista era estranho que Baumgarten tivesse deixado, “por um acaso”, um dossiê incriminador envolvendo não apenas seu nome, mas também o do órgão que servia.

De igual maneira, em “Governo Paralelo é Evidente em Brasília” (09/02/1983) o jornal surpreende pelo tom crítico (uma vez que na data da publicação o regime ainda vigorava) quando ressalta que a entrevista dada pelo general Newton Cruz ao *Correio Braziliense* tornava desnecessária qualquer demonstração suplementar da transformação do SNI em poder paralelo e localizado à margem da administração federal, “uma espécie de governo dentro do

governo, perigosamente autônomo, pois livre para operar em todos os setores da vida nacional, condicionando decisões e operando diretamente por meios de suas estruturas”. Além disso, afirma que o SNI intrometia-se em tudo e que não “haverá força humana capaz de desvincular a intromissão de seus efeitos. Faz muito que não só políticos, mas até ministros de Estado fogem dos telefones como diabo da cruz (ou *do Cruz*)”. O artigo ressalta também que, Cruz rejeitava e até se ofendia com a suposição de haver extrapolado de suas funções informativas, apesar de nem sequer mencionar o aspecto policial do episódio da morte do jornalista. E acrescenta:

“Levantava-se pequena ponta do tapete, mas não é difícil supor o que foi acumulado sob ele, ao longo dos últimos anos. Pois se é dado ao SNI entrar em qualquer seara, sob o pretexto de estar buscando informações para o chefe do governo, como dissociar desta teoria por si mesma aberrante a prática de que, ao buscar informações, a comunidade se engaja nos problemas, sugere ou força as suas soluções, influencia, domina e acaba, por mecanismos diversos, a impor suas vontades e seus interesses?”. (08/02/1983).

Em texto de 18 de outubro de 1984, *O Estado* registra que Baumgarten saiu para uma rotineira pescaria na madrugada de 13 de outubro de 1982 “ciente de que sua morte já fora planejada pelo SNI”. Na mesma matéria, dizia que o envolvimento do jornalista com o órgão não era recente:

“ele havia já esmiuçado suas relações com o chamado Sistema num ‘dossiê’ usado como peça importante em toda a história. Em janeiro de 81 Baumgarten escreveu: ‘Nesta data é certo que minha extinção física já foi decidida pelo Serviço Nacional de Informações. A minha única dúvida é se essa decisão foi tomada em nível do ministro chefe do SNI, general Octávio de Aguiar Medeiros, ou se ficou no nível do chefe da Agência Central do SNI, general Newton Araújo de Oliveira e Cruz”.

No editorial “A imprensa Cumpre sua Missão” (09/02/1983) o jornal revelava-se mais uma vez bastante crítico e declara acreditar que a imprensa “demitir-se-ia do cumprimento de deveres inalienáveis se fechasse os olhos a tudo isso” e não procurasse verificar se havia algum ilícito, civil e penal, e se não apurasse os episódios em especial o Caso Baumgarten - nos quais “ressaltam sintomas de grave degradação administrativa, seja por incompetência, por improbidade, seja

por negligência ou por todas elas somadas”. A matéria prossegue, ainda, em tom hostil relatando que:

“Afinal, num quadro de corrupção institucionalizada como a que se formou no Brasil, e diante da impunidade de que gozam os corruptos, a única maneira por que se pode oferecer combate à onda de desonestidade que ameaça submergir o País - com conseqüências político-sociais alarmantes – é denunciá-las, a fim de que a opinião pública tome conhecimento do que ocorre, identifique os culpados e profira sua sentença, na ocasião que puder manifestar-se, quando se tratar de distribuir justiça ou renovar mandamentos populares, no Executivo e no Legislativo”.

Em matéria de 9 de fevereiro de 1983, o periódico revela que o então ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, mostrou-se surpreendentemente favorável à instalação de uma CPI destinada a investigar as atitudes ligadas ao SNI (fato que, aliás, de acordo com a reportagem, constituía ponto de partida para as investigações de casos como o episódio Baumgarten): “a verdade é que nós estamos desacostumados em viver este processo; passamos muitos anos desacostumados e agora estamos entrando na normalidade” – declarou o ministro ao jornal. O artigo ressalta também que, apesar de ter evitado comentar diretamente as denúncias surgidas na imprensa e mencionar o nome de Alexandre von Baumgarten, o ministro teria admitido que: “Há alguns anos atrás este dossiê [repleto de denúncias sobre membros do SNI, deixado pelo jornalista] talvez tivesse desaparecido. Agora vem a público [...] Fosse há dois anos atrás não sairia. Agora está tudo aí”. E sobre a liberdade de imprensa ainda acrescentou que “a liberdade nós todos queremos. Tomara que venha mesmo”.

De acordo com *O Estado de São Paulo*, o episódio do assassinio do jornalista acarretou implicações políticas realmente relevantes, uma vez que a repercussão deste caso propiciou a “estranha possibilidade de se instalar uma CPI para averiguar as ações do SNI”. O jornal apresentou em reportagem trechos de uma declaração dada pelo então deputado do PT, Airton Soares, onde este afirmara que “a conexão do SNI com as Comunidades Congêneres do Cone Sul, as atividades das Divisões de Segurança e Informação dos Ministérios (DSIs), as verbas daquela agência governamental, o pessoal por ela empregado e muitas

outras questões precisam ser devidamente esclarecidos, *tendo como ponto de partida o episódio Baumgarten*”, (grifo meu) (10/02/1983).

Em outro local, abordando porém o mesmo assunto, o jornal destacou a declaração feita pelo então deputado federal Jorge Uequet (PMDB-RS), onde este denunciava que a simples tentativa por parte do governo para impedir a constituição da CPI seria uma confissão de culpa, uma vez que:

“O SNI e seus componentes não são pessoas acima de qualquer suspeita e a gravidade das notícias, a respeito do assassinato de Alexandre von Baumgarten, justificam e requerem a agilização do processo judicial e policial e a instauração da CPI. As simples informações de que o governo pretende impedir já constituem num indício de responsabilidade” (12/02/1983).

O artigo destaca ainda que o então porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, havia declarado que o dossiê deixado pelo jornalista não continha qualquer margem de credibilidade e “mesmo assim ele foi publicado como a verdade, quando a realidade é outra” (12/02/1983). Neste ponto o jornal ressalta, porém, que o porta-voz não havia explicado qual seria a outra realidade, revelando-se propenso a acreditar nas denúncias do jornalista morto.

No artigo “Oposicionistas Exigem a Convocação de Cruz” (08/03/1983) fica evidente o quão significativos foram os efeitos políticos causados pela repercussão do Caso Baumgarten, pois além da intenção de se instalar uma CPI, por iniciativa da liderança da Câmara do PT e de alguns deputados do PMDB, os oposicionistas exigiam a convocação de um militar da envergadura do general Cruz para prestar esclarecimentos sobre sua responsabilidade na morte do jornalista. Os deputados declararam, segundo o jornal, que a “presença de Cruz para prestar esclarecimentos sobre as atividades do SNI parte do pressuposto de que o envolvimento daquele órgão no caso Baumgarten tem conotações políticas e não apenas policiais”. A mesma reportagem ressalta ainda a declaração de um deputado da oposição que sustentava que “a aprovação do requerimento e principalmente o acatamento da convocação por parte do ministro chefe do SNI irão dar a exata medida da seriedade das aberturas democráticas”.

Em “Denúncia Envolva Coronéis” (15/02/1983) o periódico revela algumas informações sobre um documento anexo ao dossiê, onde Baumgarten afirmava

que “no dia 12 de novembro de 1980, data em que entregou a proposta de venda da editora para a Capemi [uma agropecuária dirigida por militares ligados ao regime] sofreu a primeira ameaça física dos agentes do SNI”. Neste dia, de acordo com a versão do jornal, Baumgarten foi chamado ao escritório de um advogado indicado pelo SNI e quando lá chegou encontrou os coronéis Ary Pereira de Carvalho (Agência Central do SNI) e Ary Aguiar Freire (SNI-RJ), e então foi ameaçado fisicamente: “a coisa só não ficou preta porque o advogado teve uma posição firme” (15/10/1985), acrescentou o jornalista.

O *Estado de São Paulo* ressalta ainda que, no mesmo documento, Baumgarten relatou todas as negociações e andamento do processo de *O Cruzeiro*. Diz também que, no dia da assinatura do contrato de venda da revista, a 10 de fevereiro de 1981, na sede da agropecuária Capemi, o jornalista teria dito que “estava assumindo a revista para fazer um grande favor ao General Medeiros que lhe havia solicitado pessoalmente e que o General Newton Cruz estava com muita raiva por isso” (15/02/1983).

De acordo com o periódico, “no dia 31 de julho de 1982 o jornalista Alexandre von Baumgarten [...] sofreu um atentado quando foi abordado por dois homens” (*O Estado de São Paulo*, 13/02/1983), segundo revelou o próprio jornalista em documento que redigiu poucas horas depois. Neste documento, segundo ainda *O Estado*, Baumgarten revela que foi espetado por uma agulha de seringa e que temia pela sua vida. A reportagem destaca ainda trechos do documento onde o jornalista declara que “caso me aconteça algo, devem ser responsabilizados por isso o general Octávio de Aguiar Medeiros e Newton de Oliveira e Cruz. Vide dossiê ‘*O Cruzeiro*’”(13/02/1983).

Em matéria já mencionada (08/01/1983) o jornal trata de uma entrevista cedida pelo general Newton Cruz, onde este assumia toda a responsabilidade pelas ligações entre o órgão e o Caso Baumgarten, isentando, desta forma, seu chefe general Medeiros. O *Estado de São Paulo* ressaltou, porém, que a entrevista havia sido concedida ao *Correio Braziliense* “jornal diário editado em Brasília e que tem publicado matérias de interesse do SNI sem identificar as fontes de informação”. O periódico destacou ainda que Cruz declarou na entrevista nunca ter mantido relações de amizade com Baumgarten “a quem disse conhecer somente de nome até que o recebeu em seu gabinete, apresentado por

um amigo comum” (08/01/1983). No entanto esta afirmação foi amplamente contestada e desmentida posteriormente por reportagens deste órgão – como em “Agora todos Inocentes” (20/10/1985), onde o jornal destaca que Baumgarten não esteve apenas uma ou duas vezes na Agência Central do SNI, mas inúmeras vezes, quase sempre com o general Cruz e que, segundo pessoas da comunidade, o jornalista havia exercido funções de informante do Serviço. Por sua vez em “Coronel tem Carta que Comprova a Ligação com SNI” (14/06/1985) o periódico revela que eram desprovidas de fundamento as constantes negativas do General Newton Cruz de que o SNI não tinha nenhuma vinculação com a editora do jornalista assassinado.

A respeito da entrevista cedida por Newton Cruz ao *Correio Braziliense*, o jornal destacou o comentário feito pelo então deputado Hélio Duque (PMDB-PR), onde este afirmou que a entrevista “introduz o inusitado na cena da informação brasileira. A situação de desgaste daquele organismo [SNI] atingiu um nível que chocou a Nação, daí ter saído a campo àquele oficial para recolocar o SNI numa situação de credibilidade” (08/01/1983).

Em outro texto, “A Política Começa em 1962” (11/02/1983) o jornal explica que Baumgarten “sempre manifestou abertamente suas ligações com altos escalões das Forças Armadas. Foi cogitado para a chefia da Casa Civil no governo Adhemar de Barros, além de ter mantido reuniões sucessivas com militares durante a fase de conspiração contra João Goulart”. Segundo *O Estado de São Paulo* Baumgarten, nunca se afastou dessas áreas e talvez por isso tenha recebido anos depois, as mais altas condecorações militares do País em 1972, 1976 e 1977. Desta forma, o jornal acresce a hipótese – negada mais tarde constantemente por Newton Cruz - de que o jornalista morto mantinha uma relação de longa data com órgãos e membros do regime, e também que sua morte foi um caso de queima de arquivo, como havia publicado *O Globo* em reportagem no dia 25 de junho de 1984.

Em outras reportagens o periódico demonstrou-se mais uma vez inclinado a enfatizar a responsabilidade do General Newton Cruz no assassinio de Alexandre von Baumgarten. Isso fica evidente, por exemplo, em “Deputado Considera Cruz Réu Confesso” (16/06/1984), onde se enfatiza a recusa do general Cruz em depor na CPI que apurava as atitudes do SNI. Para o então deputado Tidei Lima (PMDB-

SP), autor do requerimento de convocação, “a atitude tomada pelo General Newton Cruz, não atendendo a convocação da CPI da Câmara, é a de um réu confesso, pois ele sabe perfeitamente das acusações que lhe pesam”. E acrescentou ainda acreditar “tratar-se de uma irresponsabilidade, pois são fatos como esse que construíram a imagem negativa que têm hoje os militares perante a Nação” (16/06/1984).

A mesma reportagem destacou, ainda, um trecho da carta de recusa do general, enviada a Câmara, onde este dizia: “o meu depoimento está sujeito ao meu próprio arbítrio, apenas testemunharei se eu quiser, e eu não quero”. Sobre esta forma arrogante, o então líder petista Brandão Monteiro, enfatizou:

“Esse general envergonha o Exército brasileiro. Espero que o senhor ministro o chame à razão e o faça obedecer a convocação para que se possa falar em democracia neste país [...] O Congresso Nacional não está chamando o general para saber sua opinião pessoal, mas para saber das suas responsabilidades [...], o que aconteceu, como ocorreu e quem matou Alexandre von Baumgarten” (16/06/1984).

Um outro indício que nos faz considerar o jornal *O Estado de São Paulo* hostil a tudo aquilo a figura de Newton Cruz representava encontra-se em “Primitivo Militarismo” (18/06/1984), onde o jornal afirma que a carta enviada pelo general Newton Cruz ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito - na qual expõe as razões da sua recusa em comparecer àquela comissão para prestar esclarecimentos, afirmando que o depoimento dependeria apenas de seu arbítrio - pode ser considerada como “não só descabida, mas arrogante, grosseira e insultuosa ao Poder Legislativo. Em outro sentido, suspeita, em relação à própria matéria sob investigação”. *O Estado* também contestou a postura de Newton Cruz afirmando que o que se pretendia averiguar eram os atos criminosos em que estavam envolvidos amigos e subordinados do general, “ele próprio sob suspeita de acobertamento ou até de autoria de um homicídio, o do jornalista Alexandre von Baumgarten, que o denunciou em carta póstuma” (15/06/1984).

O Estado de São Paulo continua sua crítica à atitude do general indagando a seus leitores se:

“Não terá passado pela cabeça do general que ele não pode ser juiz de seus próprios atos, que se autorizado por seus superiores terá o dever, a obrigação funcional e acima de tudo moral de prestar pormenorizados esclarecimentos ao Legislativo, tendo em vista o comprometimento do SNI com um dos maiores escândalos já registrados?” (16/06/1984).

A mesma matéria faz outras críticas pessoais a Newton Cruz, afirmando que não seria esta a primeira vez que o general havia revelado uma mentalidade de um militarismo primário. Em vários outros episódios, Cruz teria agido de forma “truculenta”, e a mentalidade desse general estaria em dissonância completa com o espírito comum à maioria dos chefes militares brasileiros: “Parece tratar-se, no fundo, de uma mentalidade primitivamente militarista, de um autoritarismo ultrapassado, em sociedades que já estejam pelo menos a meio caminho do Estado de Direito ou da democracia plena” (16/06/1984). E acrescenta que Newton Cruz

“de todos os militares graduados que se conhecem, com certeza é o que menos tem contribuído para melhorar o relacionamento da Forças Armadas com a sociedade civil, na medida que, por palavras e atos, está sempre a demonstrar uma faceta de imagem que a Nação deseja ver bem enterrada em um canto longínquo de sua memória”.

A análise dos recortes referentes ao ano de 1985, portanto depois do regime militar, revela que *O Estado de São Paulo* não mudou de atitude frente ao episódio da morte do jornalista Alexandre von Baumgarten. Continuou demonstrando-se crítico, especialmente em relação a Newton Cruz. Assim, a 24 de setembro de 1985 o jornal enfatiza que:

“Pela primeira vez na história do país, um ex-oficial de alta patente do Exército brasileiro será qualificado e identificado datiloscopicamente diante da imprensa e das câmeras de TV [...] Newton Cruz foi criminalmente fichado com o principal acusado (e não mais como o principal suspeito) do seqüestro do jornalista” (24/09/1985).

O jornal ressaltou ainda que, a partir daquele momento, haveria uma importante mudança no processo que apurava o Caso Baumgarten, “na capa do volumoso processo, por exemplo, não mais se verá a frase ‘Crime Suspeito’.

Estará imediatamente substituída pelas palavras ‘Acusado: Newton Cruz’” (24/09/1985).

Com a mesma intenção, em “Laudo não Anula Testemunho”, o periódico se esforça por demonstrar que, apesar do advogado de defesa de Cruz ter apresentado um laudo médico onde afirmava que a única testemunha ocular do caso, o bailarino Cláudio Werner Polila, sofria de oligofrenia (debilidade mental leve), e por isso seu testemunho não poderia ser considerado verdadeiro, o laudo não invalidaria o testemunho, uma vez que a análise de importantes psicanalistas indicava que, se a fraca debilidade de Polila realmente existisse, esta “não o impediria de prestar um depoimento coerente com algo que de fato tenha visto, nem poderia servir de elemento pra desacreditá-lo perante a opinião pública” (25/09/1985). O periódico aponta, ainda, que os psiquiatras acharam muito “leviana qualquer acusação de incapacidade em relação a Polila”, e ainda afirma que, portanto, o laudo divulgado pelo advogado, por si só, não invalida o depoimento do bailarino – que afirma ter visto o General Newton Cruz comandar o seqüestro de Alexandre von Baumgarten, no cais da praça XV de Novembro na madrugada do dia 13 de outubro de 1982.

A análise realizada dos recortes de *O Estado de São Paulo* permite traçar uma trajetória que expresse o apogeu e a queda de Cruz, no período entre 1983-85. Ou seja, antes e depois da imprensa ter denunciado o episódio Baumgarten:

- 1983 (ano em que a revista *Veja* publicou, ineditamente, o dossiê que continha graves acusações à Newton Cruz e ao SNI): general de três estrelas, vastamente condecorado Newton Cruz era Chefe da Agência Central do SNI e Executor das Medidas Emergenciais – que provinham diretamente, como ordens, do governo;
- 1984: rebaixado à Comandante Militar do Planalto, cargo ainda eminente, porem inferior.
- 1985: o anteriormente tão temido general é colocado na reserva, é “a rigor” expulso do Exército.

A reportagem “Cruz Denuncia Revanchismo” (30/07/985) relata uma entrevista onde o próprio general não escondia sua mágoa: “O Alto Comando, usando de um direito legítimo, não me colocou numa relação na qual eu precisaria estar para

continuar no Exército. Fui obrigada a sair *ex-officio*. Apesar de toda aquela posição de antes, na Nova República fui para a rua [...] muda o governo e o único que continua sendo focalizado sou eu. Provavelmente sou um órgão compensador”.

Por sua vez, na matéria que citamos atrás (19/12/1983), e que continha declarações do Ministro da Marinha, há informações bastante interessantes: primeiro tratava-se de um militar da ativa estivesse defendendo a instalação de uma CPI contra um órgão chefiado por militares (o SNI); segundo, este oficial também defendia a total liberdade de imprensa - uma vez que essa foi insistentemente tutelada pelo regime. Esses fatos denotam, portanto, o quanto já em 1983 o governo ditatorial estava desgastado e o quanto a participação da imprensa em cobertura de casos criminosos envolvendo órgãos do regime contribuiu para esse desgaste.

Em suma, com base nisso tudo, podemos afirmar o quanto à cobertura do Caso Baumgarten, em especial a importância dada a ele pela imprensa contribuiu não apenas para o afastamento de Newton Cruz de suas funções junto ao “Serviço” mas para a desestabilização e desarticulação do SNI – o que facilitaria sua posterior sua extinção pelo presidente Fernando Collor de Melo em 1990 - e também com o processo de falência do regime militar. Além disso, as evidências acima apontadas permitem afirmar que o “destaque dado pelo jornal ao Caso Baumgarten denota mais o desejo de levantar suspeitas sobre um dos mais respeitados órgãos desse país, do que elucidar”, como declarou o então Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Octávio Luiz Rezende, em entrevista a 9 de janeiro de 1983, para o jornal aqui em questão.

Folha de São Paulo e o Caso Baumgarten: hostilidade mesmo que tardia

Como lembra o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (p.2235), trata-se de jornal paulista diário em circulação com este nome desde o início da década de 1960. Foi precedido por outros três jornais lançados entre 1921 e 1925, todos pertencentes à Empresa Folha da Manhã S.A., denominados *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*. Muito embora este jornal tivesse apoiado o movimento de 1964, o simples fato de não concordar totalmente com a política governamental – era difícil, por exemplo, aceitar a censura à imprensa – possibilitou que aparecesse, de certa forma, como um órgão de oposição. No período mais tenso do governo Médici, os editoriais foram suspensos. Em 1977, o fechamento do Congresso Nacional pelo presidente Geisel para a aprovação do chamado Pacote de Abril foi tratado pela *Folha* como uma grave crise política, resultante de um momento em que as tendências da sociedade civil entraram em contradição irresolúvel com as necessidades do regime político inaugurado pelo movimento de 31 de março de 1964. Ainda nesse ano, o jornal passou pela sua maior crise de relacionamento com os governos militares. A nova postura editorial, tomada a partir de 1978, aproximou o periódico de um amplo setor da sociedade brasileira que, no final da década de 70, somava seus esforços para implementação da anistia de uma forma ampla e irrestrita e para tentar por fim ao regime autoritário que perdurava desde 1964.

No que diz respeito à cobertura do episódio Baumgarten, a análise, realizada nesta parte do trabalho apontou que a *Folha de São Paulo* apresentou uma “hostilidade tardia. Ou seja, o jornal mostrou-se muito mais crítico ao regime num período em que este já não vigia mais – isto é, após 1985 – do que no período em que este ainda possuía meios coercitivos. Isto não quer dizer, porém, que o periódico não tenha se utilizado da já relativa liberdade de imprensa de 1983-84 para lesar moralmente o regime, e sim simplesmente que nesta época a *Folha de São Paulo* “carregava menos nas tintas” quando se referia ao governo e ao SNI. Isto fica mais bem evidenciado quando observamos a Tabela 1, nela nota-se facilmente que o número de recortes dos anos 1985 e 1986 é bem mais significativo do que o número de recortes dos nos 1983-84.

Tabela 1. Distribuição de Recortes da *Folha de São Paulo* por Período.

Período	Número de Recortes
1983-84	29
1985	118
1986	14
Total	161

Na reportagem “Santilo Pedirá Hoje que o Senado Convoque Ministro” (25/03/1983), o jornal enfatiza o fato de um então senador do PMDB – Henrique Santilo – ter elaborado um requerimento que convocava o então ministro-chefe do SNI para depor na Comissão de Segurança Nacional sobre as atividades do SNI e seu envolvimento com o Caso Baumgarten. A matéria enfatiza que esta havia sido a primeira tentativa do Senado, desde a criação do SNI em 1964, de convocar o ministro chefe do órgão para depor. Revela ainda que o objetivo do senador era fazer conhecer como atuava o SNI e “se está sendo repensado, saber de que forma está sendo feita essa revisão e para onde vai”. Em matéria de 7 de abril de 1983) o periódico relata que os dois então generais mais representativos do SNI, Octávio Medeiros e Newton Cruz, teriam sido convocados para depor no inquérito que apurava a morte do jornalista Alexandre von Baumgarten, sob a acusação do próprio morto em seu dossiê.

Em matéria publicada a seguir (12/04/1983), a respeito da convocação para prestação de esclarecimentos no inquérito que apurava o assassinato de Baumgarten, o periódico acrescenta que Newton Cruz entregou um ofício à imprensa onde declarava que a polícia estava impedida de colher os depoimentos das autoridades do SNI “em função dos cargos que ocupam e da necessidade de guardar segredo”. De acordo com o texto, o juiz que cuidava do caso afirmou em nota ao jornal que “a legislação se restringe a depoimentos sobre atividades do SNI. E como o Caso Baumgarten tinha sido considerado, pelo próprio Newton Cruz, um crime comum, não havia porque evitar o depoimento” (*Folha de São Paulo*, 12/04/1983). Inúmeras outras reportagens ressaltaram o fato de dois

generais que possuíam notória influência junto ao regime terem sido requeridos para depor numa investigação criminal.

Nota-se que nestas reportagens fica evidente que a cobertura da *Folha de São Paulo* sobre o Caso Baumgarten colaborou com o surgimento de implicações políticas tão relevantes que acabaram resultando na quebra da “redoma de vidro” que protegia os membros da Comunidade de Informações – que serviam ao governo – e do questionamento não apenas das atitudes do SNI, mas também da sua validade.

Por sua vez a 5 de abril de 1983, a *Folha de São Paulo* destaca a importância do já mencionado dossiê deixado pelo jornalista, ressaltando que Baumgarten o teria iniciado escrevendo: “Nesta data [janeiro de 1981] é certo que a minha extinção física já foi decidida pelo SNI”. E teria levantado uma questão pessoal, afirmando que sua “única dúvida é se essa decisão foi tomada em nível do ministro chefe do SNI, General Octávio Medeiros, ou se ficou ao nível do chefe da Agência Central do SNI, General Newton de Araújo Oliveira e Cruz”. A reportagem revela ainda uma lista das personagens citadas no dossiê, elucidando uma longa rede de intrigantes relações na trama que consistiu na reabertura da revista *O Cruzeiro*, e na morte de Alexandre von Baumgarten. Entre os nomes citados estavam inúmeros políticos que ocupavam na ocasião cargos importantes – como os governadores de vários Estados brasileiros (Pará, Amazonas e Santa Catarina) – Delfim Neto (que na época em que foi escrito o dossiê era ministro), Paulo Maluf (que figura na política nacional até hoje), entre outros. Além de uma multiplicidade de nomes de generais, coronéis e sargentos ligados ao governo e ao SNI, e de alguns civis. No total, Baumgarten menciona em seu dossiê 36 pessoas, a maioria militares.

O jornal indicou também em outras matérias a falta de empenho do governo e do próprio SN na elucidação do caso. Este órgão havia declarado que não poderia participar das investigações alegando que se tratava de um crime policial “comum”. Isto fica claro, por exemplo, em uma reportagem onde a *Folha de São Paulo* destaca o fato do então senador do PMDB Álvaro Dias ter feito uma reclamação formal, junto ao plenário, dizendo que o PDS (partido governista) estaria “boicotando deliberadamente” a reinstalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apurava atos terroristas no País, “a fim de impedir a

investigação do caso Baumgarten” (03/10/1983). Desta forma, o jornal revela que com este tipo de medida o governo “deixa transparecer o quanto aquele incômodo cadáver pesava sobre o [já tão incomodado] regime” (07/04/1983).

É impressionante a notoriedade que o episódio rendeu às pessoas envolvidas. No caso de Newton Cruz, por exemplo, esta se manifestou de uma forma negativa uma vez que este despontou como alvo de freqüentes acusações. Já no caso do bailarino Cláudio Werner Polila, esta popularidade surgiu de uma forma bastante positiva, ao ponto deste ter sido convidado pelo apresentador Silvio Santos para integrar o corpo do júri de um dos seus programas de maior audiência.

Como já foi inicialmente mencionado, o periódico demonstrou-se ainda mais crítico e hostil ao governo militar e a Newton Cruz nas reportagens publicadas depois do fim do regime, ou seja, naquelas que datam do ano de 1985. Isso se evidencia em inúmeras reportagens como em “Vasques acredita que Cruz estava no Rio Durante Madrugada do Crime” (03/10/1985) onde o jornal afirma que Newton Cruz estava hospedado no Rio de Janeiro de 12 para 13 de outubro de 1982, e não em sua residência em Brasília como afirmava, e que, portanto poderia realmente ter participado do crime, segundo hipótese levantada pelo então delegado Ivan Vasques encarregado do caso. Com isto, a *Folha de São Paulo* não apenas ajuda a validar as denúncias feitas contra o general, mas também se mostra inclinada a acreditar nelas. Em outra reportagem, ela expõe trechos do dossiê onde Baumgarten afirmava que o então coronel Ary Pereira de Carvalho (então chefe de Operações da Agência central do SNI) e o coronel Ary Aguiar Freire (chefe de Operações da Agência do SNI no Rio de Janeiro), “transmitiram-lhe ameaça de morte feita pelo General Newton Cruz” então chefe da Agência Central do SNI (21/09/1985). De acordo com o jornal, Baumgarten afirmou em seu dossiê que, a respeito do fato dele ter sido obrigado a ceder a revista *O Cruzeiro*, os coronéis Freire e Carvalho teriam lhe dito: “você agiu com bom-senso. Você sabe que o general Cruz é violento e se você não concordasse ele ia matá-lo”. Assim, mais uma vez a *Folha* reforça as acusações do jornalista e intensifica a campanha de desmoralização de Newton Cruz. E também em “Dickson Aponta Cinco Militares como Assassinos de Baumgarten” (25/06/1985), a matéria enfatiza que o então coronel Dickson Melges Graef apontou nomes de cinco implicados

nas diversas fases da “Operação Dragão” – nome dado à operação que teve como objetivo o seqüestro, interrogatório e assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten –, militares ligados diretamente ao SNI e a outros órgãos que serviam ao governo, como o Centro de Informações do Exército (Ciex) e o Doi-Codi. Segundo a *Folha de São Paulo*, Grael disse que as informações prestadas em seu depoimento foram obtidas junto a uma única fonte: um coronel do Exército reformado que pertenceu ao SNI. Acrescentou, também, que Baumgarten havia sido morto por saber demais a respeito dos autores do atentado a bomba do Riocentro, que ocorreu a primeiro de maio de 1981, e de outras atividades criminosas. Estas informações reforçam novamente as denúncias deixadas pelo próprio morto em seu dossiê onde este alega que o SNI tinha intenção de eliminá-lo.

A 27 de julho de 1985, o jornal revela que Newton Cruz procurou desacreditar moralmente o bailarino “Jiló”. Para o general, havia apenas “três alternativas para essa denúncia [a de que teria comandado pessoalmente o seqüestro do jornalista]: ou trata-se de um débil mental; um fantasioso ou está sendo industriado”. A 31 de outubro do mesmo ano, outra reportagem comenta “tratar-se de um débil mental, estelionatário exibicionista e mentiroso [...] sujeito apenas a três prevenções da sociedade brasileira: é preto, pobre e aparentemente homossexual” (*Folha de São Paulo*, 31/10/1985).

Além disso, o periódico apontou, em várias reportagens, o depoimento dado pelo ex-cabo do Exército David Antonio do Couto e pelo então sargento Nazareno Mortan Vieira, onde estes afirmavam que o General Newton de Araújo Oliveira e Cruz “teria planejado e participado do assassinato do jornalista com a ciência de Octávio Medeiros, então ministro chefe do SNI” (24/10/1985). A *Folha de São Paulo* publicou a acusação frontal de que a morte de Baumgarten já havia sido decidida pelo SNI e que as ligações entre o SNI e a revista *O Cruzeiro* deviam ser considerados “devidamente comprovados” (30/06/1985).

Por sua vez, a 13 de junho de 1985 o jornal traz a notícia de que, em seu depoimento, o coronel da reserva Luís Helvécio Silveira Leite desmentiu diversas afirmações do general Newton Cruz, inclusive a declaração de que o SNI nunca colaborou financeiramente para a revista *O Cruzeiro*. Segundo a matéria, “Baumgarten não era um agente daquele Serviço, mas prestou vários serviços de

grande importância, sempre como colaborador espontâneo [...] O General Newton Cruz [...] tinha estreito relacionamento com Alexandre von Baumgarten, mantido em razão das publicações da revista *O Cruzeiro*". Em outra ocasião, a *Folha de São Paulo* ressalta que mesmo que o Caso Baumgarten acabasse sem que se chegasse ao julgamento dos assassinos, "permitiu que se puxassem os fios do envolvimento de altos funcionários do SNI com [...] atos ilícitos e com funções que nada tem a ver, obviamente, com as atividades regulares do SNI" (14/07/1985). O jornal ainda acrescenta que o envolvimento do órgão com a morte de Baumgarten estava

"definitivamente comprovado, mas é muito possível que, na esteira dele, tenham embarcado também assassinatos em cadeia, cometidos de forma digna das melhores novelas de espionagem. Mesmo que não chegue aos resultados próprios das verdadeiras investigações policiais, a reabertura do inquérito sobre a morte de Baumgarten já trouxe preciosa contribuição ao esforço de desvendar que fisionomia promete ter, por traz dos sorrisos ainda fáceis da Nova República, o regime nascente. Uma verdade puxa outra – e verdades completas não ocorrerão enquanto o 'sistema' continuar olhando o Brasil de dentro do poder" (02/05/1985).

A mesma reportagem diz que a vinculação de Baumgarten com os serviços de informações e os truques para ganhar dinheiro por meio dela estavam, certamente, na origem de sua morte. "Ele voou alto demais e acabou sabendo demais", o que fez dele uma ameaça a seus inimigos. Ressalta também que o jornalista freqüentemente se envolvia em um "incrível quantidade de 'rolos', suficientes para levá-lo ao 'rolo'final, que foi a morte violenta. Mesmo depois de morto [acrescenta], continuou no 'rolo'ao deixar escritos que contam histórias sórdidas envolvendo seus ex-inimigos e possíveis matadores" (02/07/1985).

Em suma, com base nas evidências acima apontadas, nos é permitido afirmar que o jornal a *Folha de São Paulo* apresentou uma clara postura hostil em relação ao General Newton Cruz, ao SNI e, conseqüentemente, ao regime militar – embora intensificando suas críticas apenas depois do fim do regime. O jornal sempre se mostrou hostil, mesmo que tardiamente. Além disso, a ampla cobertura dedicada pelo periódico ao caso Baumgarten evidenciou que os órgãos da imprensa, neste caso específico a *Folha de São Paulo*, tinham o mais nítido

objetivo de usar o caso Baumgarten para fazer oposição ao regime desmoralizando justamente um de seus componentes mais notórios (general Newton Cruz), e desestabilizando aquele que foi um dos ícones do governo militar (o SNI). Tratava-se, portanto, como disse depois o próprio jornal num balanço sobre a cobertura da imprensa, mais de “uma campanha de desmoralização das Forças Armadas, e o tratamento dispensado ao general Cruz [...] compõem essa campanha”, do que uma elucidação do episódio (*Folha de São Paulo*, 29/09/1985).

Com efeito, em matérias publicadas em 1986, o jornal fez uma análise geral, uma autocrítica sobre o que significou e a maneira como se procedeu a cobertura jornalística do Caso Baumgarten. De acordo com a *Folha de São Paulo* era praticamente consensual - entre os mais importantes jornalistas do país em atividade na época - que a atuação da imprensa, antes de contribuir para o esclarecimento do assassinato de Alexandre von Baumgarten, ocorrido em outubro de 1982

“perdeu-se em uma estéril e descabida tentativa de fazer justiça com as próprias mãos [...] Elegeu-se açodadamente o ex-chefe da Agência Central do SNI e ex-comandante Militar do Planalto, o general Newton Cruz, como o culpado do crime [...] Ledo engano. Não se comprovou a culpa do general, transformado em símbolo do repudiado regime autoritário e, por conseqüência, em alvo privilegiado da execração [...] Tampouco se extrapolaram ou confirmaram as acusações do próprio assassinado, que apontou o SNI como o centro responsável por um possível atentado à sua vida” (*Folha de São Paulo*, 27/04/1986).

Por fim, o próprio Newton Cruz afirmou que uma das justificativas que se adequaria como explicação deste amplo processo político, do qual a imprensa participou intensamente, é que o Caso Baumgarten teria estourado no início de 1983. A opinião pública e toda a imprensa já estavam contra o governo. O SNI, braço mais forte de um governo forte, era símbolo mais acabado da ditadura militar. Só isso, de acordo como o jornal, já justificava o enorme interesse da imprensa em comprovar o dossiê Baumgarten. Segundo Cruz “os repórteres não estavam contra mim, e sim contra o regime”. Vale dizer, então, que Newton Cruz não foi “condenado pelo que fez, mas porque podia fazer tudo” (*Folha de São Paulo*, 29/04/1986).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura do Caso Baumgarten realizada pelos principais órgãos da imprensa nacional, deixou evidente que os jornais e revistas pesquisados visavam em suas matérias e editoriais muito mais o regime militar e alguns de seus membros mais ilustres, que o esclarecimento do episódio.

A partir de um balanço sobre a forma como se deu a cobertura jornalística do episódio da morte de Alexandre von Baumgarten é possível concluir que o “noticiário malhativo” implicou graves prejuízos aos militares envolvidos no caso, a maioria deles denunciados pelo próprio morto em seu dossiê: o general Octávio de Aguiar Medeiros sonhava com a presidência da República e acabou no Comando Militar da Amazônia; Newton Araújo de Oliveira e Cruz, em vez da quarta estrela ganhou o afastamento do Exército; o coronel Ary Pereira de carvalho, trocou as regalias diplomáticas de Buenos Aires por Belo Horizonte (MG); outro coronel, Ary de Aguiar Freire, por sua vez, desabou de Genebra para São Paulo.

Diversos jornalistas comentaram, em fins de 1985, a respeito do comportamento da imprensa no Caso Baumgarten. Concordavam em pelo menos três pontos: 1) a imprensa não conseguiu comprovar o envolvimento dos militares do SNI no assassinato de Baumgarten; 2) “malhar o Judas-SNI, tinha sabor de malhar o velho regime”; e 3) a forma agressiva como se procedeu o noticiário mudou a vida daqueles militares para pior. Mais do que isso, ela “não conseguiu provar nem a autoria do tal dossiê e, invariavelmente, se esqueceu de dizer que suas fontes declaradas ou anônimas também não tinham provas” (*Folha de São Paulo*, 27/04/1986).

Segundo Marcos Sá Correa – que era na época editor-chefe do “Jornal do Brasil” e editor da revista *Veja* no início de 1983, quando a revista levantou o Caso Baumgarten – o problema do caso era que

“antes das provas já havia conclusão, pois o próprio Baumgarten podia não ser idôneo para muita coisa, mas o era para fazer o dossiê dizendo quem iria matá-lo, e porque.

Assim, tudo o que Polila dissesse ganhava o aval do delegado Ivan Vasques e saía nos jornais e revistas como coisa julgada. A imprensa foi leviana por ter acrescentado nada às primeiras matérias de *Veja*. Ela chutou, criou problemas e difamou” (*Folha de São Paulo*, 30/04/1986).

Os títulos dos jornais e revistas da época mostram o quanto trabalhou a imprensa e o empenho das autoridades em atrapalhar esse trabalho. Basta olharmos, por exemplo, *O Globo* (03/02/1983) e lermos os títulos: “Átila: SNI não investigará acusações de jornalista”, “Ackel: competência é das autoridades estaduais”, “Denúncias serão apuradas em sindicância interna” e “Exército considera assunto encerrado” e “Secretário (de segurança pública do Rio de Janeiro) diz que é cego, surdo e mudo”. Com a divulgação também por *Veja*, do dossiê deixado pelo morto, cada vez mais os fios do Caso Baumgarten se entremeavam com os atentados a bomba (no Riocentro e em bancas de jornal) e outros atos terroristas, com participação do SNI. Algumas decisões das autoridades, nos jornais, começavam a parecer piadas de tão inusitadas: “Pedidos depoimentos de Medeiros e Cruz no Caso Baumgarten”, diz o título da *Folha de S. Paulo* (05/03/1983). “Afastado o promotor do Caso Baumgarten”, completa *O Estado de São Paulo* uma semana depois. E assim, ia a imprensa remando contra a maré oficial.

Outros títulos são também bastante interessantes, *O Globo* (17/09/1985), por exemplo, estampou “Newton Cruz será indiciado por triplo homicídio” e “Testemunho de Polila foi decisivo”. O texto já não tão taxativo reproduzia o diálogo entre o repórter e o delegado onde este dizia que provavelmente iria intimar o general. A testemunha Polila se interna numa clínica psiquiátrica conveniada com o Ministério da Aeronáutica e o jornal *O Estado de São Paulo* (20/09/1985) noticia: “Vasques acusa cárcere privado”. E a *Folha de São Paulo* (15/06/1985) consegue publicar uma resposta do general a três acusações feitas contra ele alguns dias antes, mas deixa claro seu enfado: “Mais uma vez, Cruz refuta acusações em carta à *Folha*”. E a ida do filho do general ao hospital da Aeronáutica, para obter uma cópia do laudo que atestava problemas mentais de Polila, é noticiada pela *Folha de S. Paulo* (13/06/1985) assim: “‘Jiló’ faz denúncia sobre filho de Cruz”.

Mais do que a não intenção da imprensa em esclarecer e comprovar o envolvimento de militares do SNI no assassinato de Baumgarten, fica nítido o profundo ressentimento que se criou dos órgãos de comunicação em relação aos militares, a *Folha de São Paulo* (27/04/1986) por exemplo, admitia que “malhar o Judas-SNI tinha sabor de malhar o velho regime”. Isto significa que com o fim do regime militar se extrapolou para a sociedade uma série de sentimentos contrários a quem ocupou o poder durante vinte e um anos. E os jornalistas, puderam dar vazão a seus desejos de vingança contra pessoas que simbolizavam a limitação da liberdade de imprensa, “uma delas é o general Newton Cruz, que pode ser culpado de muitos atos condenáveis ou ilegais, mas cuja participação intelectual e até física no assassinio de Baumgarten foi passada para a opinião pública sem nenhuma prova ou evidência concreta” (*Folha de São Paulo*, 27/05/1986). Na verdade, já no final do governo militar, os órgãos de imprensa se utilizaram da relativa liberdade de imprensa, a essa altura já conquistada, para agir como força social rearticulando e reativando a sociedade civil como ator político e, contribuindo, assim, de maneira significativa no agravamento da crise do Estado autoritário militar

Por fim, ao longo deste trabalho, pode-se concluir que apesar da confusão de uma questão jurídico-penal com diferenças éticas, a cobertura jornalística do episódio que envolvia o seqüestro e morte do jornalista Alexandre von Baumgarten serviu ao menos para “revelar a corrupção, o comportamento e a qualidade das pessoas da máfia que detinha o poder no Brasil” (*Folha de São Paulo*, 27/04/1986). Na prática, o general acabou moralmente condenado pelo assassinato do jornalista, e o processo de falência do regime militar foi intensificado pela atuação da imprensa sobre a cobertura do Caso Baumgarten.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACCIOLY, Netho (1998), *O Império do Papel- os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina.

ALVES, Maria Helena Moreira (1984), *Estado e Oposição no Brasil: 1964 -1984*. Petrópolis: Vozes.

CAPELATO, M. H. (1988), *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: EDUSP.

COUTO E SILVA, Golbery (1967), *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio.

DUARTE, Celina R. (1983) "Imprensa e democratização no Brasil", *Dados*, 26(2):181-195.

GAZZOTTI, Juliana (1998), *Imprensa e ditadura: a revista Veja e a ditadura militar (1968-1985)*, Dissertação de Mestrado, São Carlos, PPGCSO-UFSCar.

GUIMARÃES, Carlos Eduardo (2000), *A crise da ditadura: a reação militar à abertura e o terrorismo de direita*, Dissertação de Mestrado, São Carlos, PPGCSO-UFSCar.

JORGE, Fernando (1989), *Cale a boca jornalista*. São Paulo: Vozes.

KUCINSKI, Bernardo (1982), *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates.

LAGÔA, Ana (1983). *SNI, como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense.

LAMOUNIER, Bolivar (1990), *De Geisel a Collor: O Balanço da Transição*. São Paulo: Sumaré.

PEREIRA, Moacir (1980), *Imprensa um caminho para a liberdade*. Florianópolis: Lunardelli.

STEPAN, Alfred (1975), *Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova.

----- (1999), *Transição e Consolidação da Democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

----- (1986), *Os Militares: da abertura a Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SOARES, Gláucio et alli (1995). *A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

TACHNER, Gisela (1992), *Folhas ao Vento – análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

REVISTA ISTO É:

Fecha-se o cerco: ex-agente promete novas revelações. **Isto É**, São Paulo, 12 jun.1984. p. 58-59.

General Newton Cruz: quebra do sigilo. **Isto É**, São Paulo, n. 438, 15 maio. 1984. p.32-36.

Lavagem de roupa: surgem novos nomes e nenhuma prova. **Isto É**, São Paulo, 30 out.1984. p. 27-30.

Mãos manchadas de tinta. **Isto É**, São Paulo, 2 out.1985. p. 25.

Volta à superfície: SNI dispensa coronéis do Caso Baumgarten. **Isto É**, São Paulo, 2 abril. 1985. p. 28.

REVISTA VEJA:

Um Envelope Explosivo: dois anos antes de morrer, o jornalista Alexandre von Baumgarten compôs um dossiê que envolve membros do SNI numa vasta rede de intrigas. **Veja**, São Paulo, 02 fev. 1983, p. 20-27.

Começa a Investigação: uma semana depois da divulgação do dossiê o SNI explica sua ligação com Baumgarten e a polícia ouve as primeiras testemunhas. **Veja**, São Paulo, 09 fev. 1983, p. 20-24.

Luz, Sombra e Escuridão: no caso Baumgarten, sobram evidências da ajuda do SNI a *O Cruzeiro* mas faltam pistas que levem a quem tramou e executou a morte do jornalista. **Veja**, São Paulo, 16 fev. 1983, p. 16-19.

De Trás Para Frente: a polícia demorou 118 dias para constatar que Baumgarten morreu e está enterrado em São Paulo. **Veja**, São Paulo, 23 fev. 1983, p. 24-25.

O Grito do Silêncio: um ex-subchefe do SNI começa a falar sobre Baumgarten. **Veja**, São Paulo, 29 maio 1985, p. 24-31.

Barbas de Molho: agentes do SNI mudam a aparência, generais são convidados a depor na polícia e amigos de Baumgarten prometem mais revelações. **Veja**, São Paulo, 05 jun. 1985, p. 20-21.

Caso Emperrado: investigação tropeça em trocas de acusações. **Veja**, São Paulo, 24 jul. 1985, p.25.

O Fichador Fichado: a trajetória do general Newton Cruz o transforma no mais acabado símbolo da ascensão e queda da “comunidade de informações”. **Veja**, São Paulo, 25 set. 1984, p. 36-38.

Carta ao Leitor. **Veja**, São Paulo, 02 out. 1985, p.35.

Outro Disparo: cabo aponta assassinos de Baumgarten. **Veja**, São Paulo, 23 out. 1985, p.43.

Salvo Pela Lei: general é indiciado, mas pode não ir a júri. **Veja**, São Paulo, 13 ago. 1985.

JORNAL O GLOBO:

Delegado Investigará Nova Pista da Presença do Jornalista no DPF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de jul. 1985.

Na Reconstituição, Polila Convence. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 de ago. 1985.

General Vai Processar Vasques por ter Revelado Acusações do Ex-cabo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de out. de 1984.

Ex - militar Promete Revelar Tudo Hoje. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de out. 1985.

Grael Espera que Coronel Vá Depor. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de jul. 1985.

Delegado já pediu relação ao DPF para saber quem estava com "alemão". **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 de jun. 1985.

Moreira Lima acha difícil encontrar hoje os culpados do Caso Baumgarten. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de jul. 1985.

Testemunha aceita pecha de maluco e assassino, e põe a culpa no general. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de out. 1985.

Militar pode ser punido diz general. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 de jun. 1985.

Delegado intima três carcereiros do DPF no Rio de Janeiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 de jul. 1985.

Ex-presos dizem que não viram Baumgarten no DPF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 de jul. 1985.

Vasques seria seqüestrado, mas descobre plano a tempo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 de nov. 1985.

No livro inacabado, arrancaram 14 páginas: a operação havia vazado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de jun. 1985.

Coronel Helvécio pode contradizer Cruz ao depor. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 de jun. 1985.

Ex-cabo reafirma em depoimento acusações a Cruz. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de out. 1985.

Operário diz que viu Baumgarten na DPF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de jul. 1985.

Grael: Baumgarten sabia demais sobre Riocentro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de jun. 1985.

Vasques vai ouvir Medeiros. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de out. 1984.

Nomes não estão no livro, mas nas faturas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 de out. 1983.

Vasques promete resolver o Caso Baumgarten amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de nov. 1984.

Polila denuncia mais um atentado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de out. 1985.

Campana define equipe de policiais encarregada de investigar o caso. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 de jun. 1984.

Vasques: a lei será cumprida. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 de maio 1984.

Corpo de Jeanette pode ter sido trocado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de set. 1984.

Grael reafirma ligação com Riocentro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de out. 1985.

Dois dos cinco assassinos tiveram morte misteriosa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de jun. 1984.

General afirma ter sabido das ameaças ao jornalista. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de jun. 1984.

Capitão do Exército não admite envolvimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de jun. 1985.

Medeiros diz que mandou dossiê para Newton Cruz. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de set. 1984.

Delegado acha coincidências esquisitas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de jul. 1985.

Delegado vai interrogar Cruz esta tarde. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de set. 1985.

Newton Cruz admite que ida para reserva teve objetivo de preservar o Exército. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 de set. 1985.

Átila: SNI não investigara acusações de jornalista. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de fev. 1983.

Ackel: competência é das autoridades estaduais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de fev. 1983.

Denúncias serão apuradas em sindicância interna. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de fev. 1983.

Exército considera assunto encerrado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de fev. 1983.

Secretário diz que é cego, surdo e mudo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de fev. 1983.

JORNAL ESTADO DE S. PAULO:

Maximiniano: CPI é normal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 de fev. 1983.

Pmdebistas temem a obstrução pdsista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 de mar. 1983.

Oposicionista denuncia as pressões do Planalto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 de mar. 1983.

General faz acusações à imprensa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de fev. 1983.

Havia mais 2 pessoas para a pescaria. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de fev. 1983.

Baumgarten tentou avisar Figueiredo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 de fev. 1983.

Fato grave envolve instituições. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 de fev. 1983.

Denúncia envolve coronéis. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de mar. 1983.

No papel o aviso sobre o atentado. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de mar. 1983.

A política começa em 1962. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de fev. 1983.

A imprensa cumpre sua missão. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 de mar. 1983.

Oposicionistas exigem a convocação de Cruz. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 de fev. 1983.

General assume a responsabilidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 de fev. 1983.

Encontrada a vítima: o SNI. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de fev. 1983.

A socialização dos prejuízos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 08 de abr. 1983.

Governo paralelo é evidente em Brasília. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de abr. 1983.

Deputado considera Cruz réu confesso. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 de jun. 1984.

Crua desacata CPI e diz que não quer depor. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 de jun. 1984.

Surgem dados novos no Caso Baumgarten. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 de nov. 1984.

Primitivo militarismo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 de jun. 1984.

Cruz será fichado criminalmente hoje diante da televisão. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 de set. 1985.

Depoimentos lúcidos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 de set. 1985.

Cruz nega ligação com Baumgarten. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de jun. 1985.

Cruz chefiou o seqüestro, diz Ivan Vasques. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 de set. 1985.

Coronel diz que jornalista era sério. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de jun. 1985.

Vasques insiste em que o bailarino falou a verdade e contesta conclusões do relatório do perito. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 de out. 1985.

Diário do jornalista revela mais nomes envolvidos na trama. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de jul. 1985.

Agora, todos inocentes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 de out. 1985.

Para ministro, o Caso Baumgarten é insolúvel. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 de jul. 1985.

Coronel tem carta que comprova a ligação com SNI. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de jun. 1985.

Cruz denuncia revanchismo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 de jul. 1985.

CPI da Capemi culpa o governo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de jun. 1984.

Mais denúncias contra Capemi, 1 anos depois. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 de jul. 1984.

O leilão da Capemi vale 2 milhões. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 de ago. 1984.

CPI vota relatório final do Caso Capemi. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 de jun. 1984.

Ata comprova o envolvimento do SNI. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 de ago. 1984.

Militares acreditam em veto da CPI. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 de ago. 1983.

General faz acusações à imprensa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 de fev. 1983.

Aragão dá crédito ao relatório do jornalista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 de set. 1985.

Servente diz que viu Baumgarten preso. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 de jul. 1985.

Cruz cita coronel e ataca bailarino. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de set. 1985.

JORNAL FOLHA DE S. PAULO:

Medeiros aceita depor no processo sobre Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 de jun. 1984.

Chefes do SNI devem depor confirma Juiz. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de abr. 1983.

Pedidos depoimentos de Medeiros e Cruz no Caso Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 de abr. 1983.

Quem é quem no dossiê Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 de abr. 1983.

Santilo pedirá hoje que o Senado convoque ministro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 de mar. 1983.

Agropecuária vende a madeira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de mar. 1983.
Juiz ordena depoimento de todos os citados no dossiê. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 de abr. 1983.

Dias denuncia boicote contra CPI do terror. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 de abr. 1983.

Testemunha do Caso Baumgarten sofre atentado no Rio de Janeiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 de out. 1983.

Vasques acredita que Cruz estava no Rio durante madrugada do crime. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 de out. 1984.

Vasques intimará advogado Correa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 de ago. 1985.

Juíza confirma identificação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 de set. 1985.

Leônidas vê ato de desforra na identificação de Cruz. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de set. 1985.

Cruz diz começar defesa “mais serena”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 de out. 1985.

Dickson aponta cinco militares como assassinos de Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 de jun. 1985.

SNI designará para novas funções coronéis acusados por Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 de set. 1985.

Couto diz que Medeiros tinha ciência do plano para morte de Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 de out. 1985.

General Newton Cruz mandou três PMs matar Baumgarten, diz delegado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 de set. 1985.

Baumgarten confirma em diário denúncias contra SNI. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 de set. 1985.

O dedo do morto aponta para irregularidades. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 de set. 1985.

Homicídio é única certeza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 de set. 1985.

Cruz nega acusações de “Jiló” e pede que Vasques promova acareação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de set. 1985.

Já há acusações provadas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 de set. 1985.

Nazareno confirma depoimento do ex-cabo Couto sobre Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de out. 1985.

Baumgarten e Cia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de set. 1985.

Novas revelações podem desvendar Caso Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 de jun. 1985.

Procurador garante envolvimento do SNI. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 de jun. 1985.

Helvécio desmente Newton Cruz. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 de jun. 1985.

O fracasso Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de abr. 1986.

Imprensa aposta em Vasques e perde no Caso Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de abr. 1986.

O linchamento moral. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de abr. 1986.

Capitania registra passagens de Mirimi. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 de fev. 1983.

CPI deve pedir punição judicial para Newton Cruz. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 de jun. 1984.

Pedida a convocação do chefe do SNI. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 de mar. 1983.

Promotor quer ouvir Medeiros no Caso Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 de abr. 1983.

Depoimento de Aragão confirma reportagem da Folha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 de jun. 1983.

Medeiros e Cruz não depõem no Caso Baumgarten. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 de abr. 1983.

Medeiros e Cruz não vão depor, diz Átila. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 de abr. 1983.

